



**MARIA CECÍLIA DOS  
SANTOS VIEIRA**

**FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO. CUIDAR E  
PROTEGER EM TEMPOS DE DIFICULDADES.**



**MARIA CECÍLIA DOS  
SANTOS VIEIRA**

**FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO. CUIDAR E  
PROTEGER EM TEMPOS DE DIFICULDADES.**

Relatório de Projecto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizado sob a orientação científica do Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, professor auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro

À memória dos meus pais, a quem tudo devo, a minha gratidão, a minha homenagem.

## **o júri**

presidente

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira**  
Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor João Paulo Ferreira Delgado**  
Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

**Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues**  
Professor Auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Este trabalho é fruto do contributo de várias pessoas, as quais, de formas distintas, estiveram presentes no meu percurso. A todas, quero expressar a minha profunda gratidão.

Ao meu orientador Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues quero expressar o meu profundo reconhecimento, quer pela sua sabedoria e generosidade, quer pela forma amigável e estimulante como me apoiou ao longo deste trabalho. As reflexões que durante muitas horas de reunião me proporcionou, as questões, sempre pertinentes e as suas sugestões foram determinantes para ter chegado a esta etapa.

Um agradecimento especial à Prof.<sup>a</sup> Doutora Rosa Madeira, Coordenadora do Mestrado em Ciências da Educação (área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária), e à Prof.<sup>a</sup> Doutora Manuela Gonçalves pela disponibilidade, estímulo, entusiasmo e energia que transmitiram. A todos os restantes professores, pelos seus ensinamentos, o meu muito obrigada.

Ao Instituto da Segurança Social do Distrito de Aveiro, pelo consentimento e colaboração dada pela equipa técnica do acolhimento familiar. Uma palavra especial à sua interlocutora Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Tavares Rocha, pela forma como sempre me acolheu e pela sua enorme disponibilidade.

Estou igualmente grata à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, em Aveiro, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Adriana de Oliveira Simões, pela colaboração, disponibilidade e informações gentilmente fornecidas.

Às famílias, que possibilitaram e colaboraram na construção deste estudo, a minha gratidão pela forma como me acolheram e se dispuseram a trabalhar comigo.

Aos meus colegas, pelo convívio e partilha ao longo de dois anos.

Estou especialmente grata à Ana Combo, minha amiga, que atentamente leu o trabalho e fez comentários incisivos.

Aos meus familiares e amigos e em especial à minha irmã Emília.

Ao João, meu marido.

Ao Filipe e à Catarina, meus filhos, que suportaram as minhas ausências.

## palavras-chave

Família, acolhimento, protecção, intervenção.

## resumo

Este relatório pretende dar a conhecer a medida acolhimento familiar. Procura-se também, no intuito de evidenciar com mais clareza o significado de família de acolhimento em Portugal, situar as famílias de acolhimento actuais no seio das políticas que enformam a evolução social.

A família, como “unidade de conduta social”, a “mais significativa da sociedade” (Stanhope, 1999: 492), tem passado por muitas mudanças. Estas transformações têm afectado o seu desenvolvimento, tanto na estrutura como nas funções e interacções quer internas quer externas. As famílias, independentemente da sua estrutura, têm funções que visam a unidade familiar e a resposta às necessidades dos seus membros. O acolhimento familiar é uma resposta ao impedimento temporário ou permanente das famílias naturais, no desempenho das suas funções. Espanta o elevado número de crianças e jovens em acolhimento familiar, nos nossos dias, se atendermos aos discursos morais políticos dominantes e aos avanços científicos. Estas são algumas das razões do crescente interesse das Ciências da Educação pelas famílias de acolhimento.

O estudo que apresentamos teve por objectivo compreender a complexidade de uma família de acolhimento. Elaborar um plano de intervenção, enquadrado na lei vigente, para aliar a teoria à prática.

Por um processo de investigação-acção participada quisemos perceber o quotidiano das famílias seleccionadas e intervir de uma forma dialogada, no sentido de encontrar respostas aos problemas que dificultam o desenvolvimento equilibrado da família de acolhimento. Para obter informação e efectuar a recolha de dados com o fim de estudar a realidade sócio-afectiva das famílias, o estudo integrou técnicas e procedimentos metodológicos variados: pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas, *focus group*, análise de legislação e relatórios e observação participante.

As medidas de promoção e protecção, das crianças e jovens em risco, no garante do seu bem-estar e desenvolvimento integral, colocam novos desafios, aos serviços sociais de intervenção. O acolhimento familiar é uma medida complexa, não só pelos intervenientes que envolve, mas principalmente pelo equilíbrio das inter-relações que se estabelecem entre a criança, a família de acolhimento, a família biológica, os técnicos das instituições de enquadramento e de outros parceiros da comunidade.

**keywords**

Family, foster care, protection, intervention.

**abstract**

This paper seeks to present the measure of foster care. It searches also, in order to show more clearly the meaning of a foster family in Portugal, the location of foster families within the current policies that shape the evolution of society.

The family, as a “unit of social conduct” the “most significant of society” (Stanhope, 1999: 492), has gone through many changes. These changes have affected their development both in structure and function, and interactions both internal and external. Families, regardless of their structure, have functions that aim to unify the family and address the needs of its members. The foster care is a response to the biological families, temporary or permanent failure in the performance of their duties. It's amazing the large number of children and youth in foster care in our days, considering the number of political moral discourse and scientific advances. These are some of the reasons for the growing interest of Science Education in foster families.

This study aimed to understand the complexity of a foster family, while developing an action plan, supported by mandatory law, to combine theory with practice.

By a process of action-research, we aimed to understand the daily lives of selected families and intervene in a dialogue-base, to find answers to problems that hinder a fair development of the foster family. To gain information in order to study the socio-emotional reality of the families, this work incorporated varied methodological techniques and procedures, such as: literature search, semi-structured interviews, focus group, analysis of legislation and reports, and participant observation.

The measures of promotion and protection of children and youth at risk, in order to assure their well-being and integral development, pose new challenges to social services intervention. The foster family is a complex measure, not only by the actors involved, but mainly by the balance of inter-relationships established between the child, the foster family, the biological family, the technical framework of institutions and other community partner's.

ÍNDICE GERAL	13
ÍNDICE DE QUADROS	15
ÍNDICE DE TABELAS	15
INTRODUÇÃO.....	17
1. CONCEPTUALIZAÇÃO DA FAMÍLIA .....	20
1.1. A Família.....	20
1.2. Origem e Evolução da Família .....	24
1.3. Razão de Ser da Família .....	25
1.4. Tipos de Família .....	27
1.5. Funções da Família .....	30
1.6. O Acolhimento Familiar .....	36
1.7. Enquadramento Jurídico e Tipos de Acolhimento .....	38
1.8. Famílias de Acolhimento .....	42
1.9. Acolhimento Familiar em Portugal.....	44
1.10. Importância da Intervenção em Famílias de Acolhimento.....	50
2. PROJECTO DE INTERVENÇÃO.....	53
2.1. Localização .....	55
2.2. Contexto geográfico e social.....	56
2.3. Metodologia adoptada .....	62
2.4. A População em Estudo .....	67
2.4.1. A Família A.....	67
2.4.2. A Família B.....	69
2.4.3. A Família C.....	71
2.5. Desenvolvimento.....	72
2.6. Calendarização .....	79
2.7. Recursos.....	79
2.7.1. Recursos Humanos .....	79
2.7.2. Recursos Materiais .....	80
2.7.3. Recursos Financeiros .....	80
2.8. Avaliação final .....	80
3. Reflexões obrigatórias.....	83
4. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	87
4.1. Legislação .....	87



4.2. Testemunhos orais .....	87
4.3. Bibliografia sobre Famílias, Crianças e Jovens .....	87
4.4. Bibliografia Geral .....	89

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO N.º 1. Dados Demográficos da Família A	67
QUADRO N.º 2. Dados Demográficos da Família B	69
QUADRO N.º 3. Dados Demográficos da Família C	71

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA I. Distribuição das Famílias de Acolhimento e Crianças Acolhidas no Distrito de Aveiro quanto à Existência de Laço de Parentesco.	56
TABELA II. Famílias de acolhimento e crianças acolhidas no concelho de Aveiro (por laço de parentesco).	56
TABELA III. Crianças acolhidas no concelho de Aveiro (género).	57
TABELA IV. Famílias de acolhimento e crianças acolhidas no concelho de Ílhavo (laços de parentesco).	58
TABELA V. Crianças acolhidas no concelho de Ílhavo (género).	58



## **INTRODUÇÃO**

As profundas mudanças em curso, decorrentes das transformações políticas, técnico-económicas, sociais e culturais verificadas especialmente após 1973-1989, repercutiram-se inevitavelmente na estrutura da Família. Mas nunca a Família foi uma instituição estática. Como diz o poeta Luís de Camões, “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, / Muda-se o ser, muda-se a confiança; / Todo o mundo é composto de mudança, / Tomando sempre novas qualidades”.

Por outro lado, nunca terá havido uma Família. Historiadores e sociólogos são peremptórios: não podemos falar de Família, “como se existisse um modelo de vida familiar mais ou menos universal. A predominância da família nuclear tradicional foi sofrendo uma erosão pronunciada ao longo da segunda metade do século XX” (Giddens, 2007: 176).

Essas mudanças estão na origem da atenção superlativa que as Ciências Sociais atribuem hoje à família, tanto na sua natureza e evolução, como na forma como se inter-relaciona com outras instituições, como a Escola, a Empresa, o Estado, a Igreja, etc. É nesse quadro que deveremos compreender as diversas iniciativas interventoras conhecidas.

Os contributos teóricos da Psicologia, concretamente nas áreas de estudo das relações precoces e dos modelos parentais, bem como da importância da família para o desenvolvimento e equilíbrio da criança e do jovem vêm encorajar o crescente investimento no domínio da Família de Acolhimento.

Há crianças negligenciadas pelos pais. E, por razões várias, são-lhes retiradas. As instituições de acolhimento recebem grande parte dessas crianças e jovens, na medida em que a sua estrutura o permite; outras são acolhidas por famílias que se candidatam à adopção e algumas efectivamente adoptam.

O nosso trabalho reflecte sobre dois conceitos centrais: o conceito de *família* e o conceito do *acolhimento familiar*. Mas o conceito central é o de *família de acolhimento*, uma medida específica do acolhimento familiar, que ocorre no seio de uma família estranha.

O acolhimento familiar não é visto como uma alternativa. Representa, nalguns casos, a (re)construção de uma família à semelhança de outras. É, certamente, um modo de construir uma família que se une além dos laços biológicos, por opção, por sentimento. Uma família de acolhimento é-o, por opção. Candidata-se para o ser. Mas, as crianças acolhidas nestas famílias não o são por opção. São as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens<sup>1</sup> e os Tribunais que acompanham a execução do acolhimento familiar. Decidem, nos termos do acordo de promoção e protecção<sup>2</sup>, em articulação com as instituições de enquadramento, no nosso caso, com o Instituto da Segurança Social.

O estudo que apresentamos teve por principal objectivo compreender a complexidade de algumas famílias de acolhimento, de forma a contribuir para a melhoria do serviço que as mesmas prestam e recolher a sua opinião acerca desse serviço. O objectivo é identificar necessidades e perceber as maiores dificuldades quotidianas.

O pressuposto deste trabalho insere-se no contributo ao estudo e conhecimento do acolhimento familiar. Justifica-se, particularmente, na sequência da alteração à Lei sobre o acolhimento familiar. A realidade do acolhimento familiar em Portugal, de acordo com Paulo Delgado (2006: 35), tem sido objecto “de algumas críticas na sua aplicação, tais como a escassa promoção da medida, ausência de critérios de selecção específicos das pessoas envolvidas, a falta de prévia formação e de acompanhamento técnico”. Para este autor, em Portugal a realidade do acolhimento é ainda “pouco visível, desconhecendo-se dados como o número de famílias de acolhimento necessário para responder às solicitações, o tempo de duração do acolhimento, qual o destino das crianças ou jovens quando a medida cessa, em quantas famílias já foi acolhida cada criança, a perspectiva que cada um dos intervenientes tem sobre a medida, etc.” (Ibid.). É certo que, pelas pesquisas efectuadas, esta situação se mantém actual, apesar da publicação de nova Lei sobre o

---

<sup>1</sup> Para efeitos da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

<sup>2</sup> Entende-se por “medida de promoção dos direitos e de protecção” a providência adoptada pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e pelos Tribunais para proteger a criança e jovem em perigo (Artigo 5º da Lei n.º 147/99).

acolhimento familiar, em Janeiro de 2008, que regulamenta e revoga o que estava em vigor, desde 1992.

Com uma metodologia de investigação-acção participada pretendemos conhecer o quotidiano das famílias de acolhimento seleccionadas e intervir, de forma dialogada, no encontro de respostas às suas necessidades.

Assim, o nosso trabalho de projecto está estruturalmente organizado em três capítulos. No primeiro, reflectimos sobre a conceptualização da família, funcionalidade e papel que desempenha na sociedade. Abordámos o acolhimento familiar e as famílias de acolhimento, enquadrados juridicamente, e na protecção à criança ou ao jovem em perigo, em Portugal. Assim como, a importância da intervenção em famílias de acolhimento. No segundo capítulo, que reservámos à teorização e planificação do projecto, expomos a metodologia adoptada, as técnicas de intervenção utilizadas e a avaliação das mesmas. O terceiro capítulo é constituído pela reflexão suscitada pelo trabalho de campo, onde tentámos, ao jeito de considerações finais, uma reflexão suscitada pela (ainda escassa) bibliografia sobre o tema.

## **1. CONCEPTUALIZAÇÃO DA FAMÍLIA**

### **1.1. A Família**

A família tem sido motivo de estudo, por diversas áreas do saber, desde o séc. XIX, quando triunfava a burguesia industrial e com ela a família nuclear. Pensar a família e os movimentos de transformação que a atravessam, como explica Karin Wall (2003: 1), é difícil “sem entender as formas de organização da vida familiar”. A família abrange múltiplas experiências e relações ao mesmo tempo que exclui outras, que comportam limites e separações, mas também confluências. Nesta lógica, Chiara Saraceno e Manuela Naldini (2003: 17), referem “[...] um marido e a sua mulher, que juntos dão vida a uma ‘família’, podem falar ao mesmo tempo da ‘nossa família’, da ‘minha família’ e da ‘tua família’, aludindo, de vez em quando, à família que constroem em conjunto, à ‘família dele’, ou à ‘família dela’.” Uma família é, também, para Anthony Giddens (2007: 175), “um grupo de pessoas unida directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”.

Existem diferentes critérios que definem a família. Para Maxler e Mishler (1978, *apud* Gimeno, 2003: 40), é “um grupo primário, um grupo de convivência intergeracional com relações de parentesco e com uma experiência de intimidade que se prolonga no tempo”. O parentesco permite compreender cada realidade familiar, distingui-la de outros grupos e dá-lhe identidade. A família cresce e evolui no tempo e com o tempo, ultrapassando a individualidade e os laços biológicos ou legais. Chiara Saraceno e Manuela Naldini (2003: 28) referem-se à família como seja o tipo de “[...] vínculo que liga os membros de uma convivência: vínculos de afinidade e de consanguinidade, de casamento e de descendência”. Mas Adelina Gimeno (2003: 39) entende que, “para cada um de nós, mais importante que a *família definida* é a *família percebida*”. Inclui as pessoas a quem

consideramos como sendo da família em sentido próximo, aqueles com quem partilhámos vínculos de afecto e intimidade, aqueles em quem confiamos mais ao longo dos anos, da distância, a partir de e para além de laços de sangue.

A família obedece a um conjunto de regras que cimentam as relações familiares. E, de acordo com a teoria sistémica, é um “sistema aberto e auto-regulado com uma finalidade” (Relvas, 2002: 48). Os elementos que o formam interagem entre si e há entre eles vínculos e transacções. Elementos que obedecem a uma hierarquia e a regras que os regulam interna e externamente. Esta teoria vê a família numa dimensão relacional, expressa nas normas, na estrutura e na interacção familiares, mas também numa dimensão temporal, expressa no seu desenvolvimento na sua evolução e continuidade. Permite compreender que a realidade da família reside no conjunto das relações entre os seus membros, através dos tempos. A mudança, num dos membros do sistema familiar, produz modificações nos outros, com necessidade de estabelecer um novo equilíbrio. A sociedade em geral, e cada família em particular, confronta-se com a busca constante do equilíbrio e a descoberta do significado da família face aos diferentes contextos que se vão desenhando (Marchand e Pinto, 1997).

A funcionalidade da vida familiar depende da capacidade de conciliar as forças que estimulam a mudança, com os mecanismos que apoiam o equilíbrio do sistema. O equilíbrio do sistema estabiliza a família com a confluência dos valores, regras, crenças e ritos. O processo evolutivo dos seus membros, as metas, os conflitos e as crises são factores de mudança. Mas, Adelina Gimeno (2003: 145) afirma que “a estabilidade da estrutura familiar proporciona uma série de vantagens à família: redução do *stress*, sentimento de segurança e construção da identidade familiar disto resultando uma vida familiar mais satisfatória”. A estabilidade pressupõe uma vivência de continuidade com o passado. Ajuda a manter a identidade familiar, unida pelo sentimento de pertença. A segurança é uma das motivações básicas do ser humano, sobretudo porque facilita a construção da identidade pessoal. A família deve preparar-se, à ocorrência de vectores díspares, cujas diferentes intensidades motivam a mudança, para manter a estabilidade. Alguns são originários dos próprios membros da família. Os membros da família, como pessoas em desenvolvimento, estão sujeitas a mudanças evolutivas. Outros derivam dos sistemas em que a família interage, ou até provêm de um mesmo contexto do macrosistema em que se insere. A família é um conjunto de elementos em interacção, que valoriza as relações interpessoais. Interagem, não vivem isolados, o que a leva, enquanto sistema, a permanecer



dinâmica. A relação inclui a comunicação, afectos e partilha e divisão de tarefas. Têm longa duração no tempo, onde se vão configurando normas habituais, modelos repetitivos que tendem a seguir um estilo assente em experiências anteriores. A relação entre os membros da família influencia mutuamente o comportamento, sobretudo na forma de pensar e sentir. A redução da individualidade, em benefício da interdependência das relações familiares, leva L. Fisher (1982, *apud* Gimeno, 2003), a afirmar que a auto-acção pressupõe que as pessoas, por iniciativa própria e sem condicionantes prévias, sejam capazes de influenciar um ou vários membros da família. A auto-acção pressupõe uma causalidade unidireccional, como que um motor imóvel com capacidade para modificar o sistema. Interação significa influência mútua, bidireccional entre duas pessoas, e constitui uma das dimensões básicas que considera a explicação do comportamento, com base na interacção entre a conduta, o meio ambiente e a personalidade. Interação que não implica necessariamente a anulação da própria individualidade, pois cada um tem uma identidade independente da relação estabelecida. A interacção está relacionada com individualidade, iniciativa e responsabilidade pessoal no complexo contexto do sistema familiar. O sistema familiar é uma complexidade de relações imprescindíveis ao desenvolvimento pessoal que nem sempre são perceptíveis ao observador.

As contribuições da teoria do caos introduzidas por Ward (1995, *apud* Gimeno, 2003), na teoria sistémica levam a que a família seja também vista como um sistema caótico. Porém, como refere Adelina Gimeno (2003: 42), não significa “que nela exista a confusão, desestruturação, ou destruição, mas apenas que o termo caos se refere ao nível de complexidade de um sistema, regido por uma enorme quantidade de normas com várias dimensões, normas explícitas e implícitas que não são fáceis de descobrir”. Esta realidade é, como a autora afirma, complexa, e em muitas ocasiões difícil de prever, “pelo menos numa previsão linear e monofactorial, quer para o observador externo, quer para os próprios membros do sistema”.

A interactividade que o indivíduo cria, onde se desenvolve, leva Robert L. Burgess (1979, *apud* Gimeno, 2003: 40), a ver a família como uma “unidade de pessoas em interacção”. Unidade que não significa uniformidade mas totalidade. Totalidade, pois os intervenientes do sistema não funcionam isoladamente. Por consequência, a mudança num elemento altera os restantes membros e modifica o conjunto.

A interacção dos membros da família baseia-se nas relações afectivas, onde cada um desempenha o seu papel, função e estatuto num contexto de referência a valores

comuns (Vara, 1996). Segundo Claude Levi-Strauss (*apud* Lima, 1980), a família é um grupo social com origem na aliança matrimonial. Estabelece laços de afinidade entre grupos diferentes, o que significa procurar marido ou mulher num outro grupo social. O casamento é, para Anthony Giddens (2007), uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente. Os laços de parentesco, segundo este autor (2007: 175), são “relações entre indivíduos estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos e filhas, avós, etc.).”

O grupo familiar define-se “pelas regras de filiação que unem os seus membros” e estas “variam segundo os sistemas de parentesco” (Géhanne, 1995: 62). Como sistema aberto, a família é de estrutura permeável à influência de outros. Outros como a escola, o bairro, os meios de comunicação social, a cultura e todos os sistemas com que a família interage. A sua estrutura faz desse sistema aberto o motor do seu próprio desenvolvimento e mudanças, capaz de elaborar objectivos e metas específicas. A sua concretização recorre a estratégias, recursos e procedimentos.

Nesta lógica, Chiara Saraceno e Manuela Naldini (2003: 18) defendem que “a diversidade dos modos de conceber e definir a família tem, pelo menos, duas causas: a primeira, tem a ver com as diferenças culturais e de valor, a segunda, com os níveis do discurso”. E, “no âmbito de um mesmo contexto social ou nacional podem coexistir uma definição legal, uma administrativa, uma fiscal”. Mas também “definições religiosas e/ou de grupo étnico e cultural mais ou menos diversas entre si e, por vezes, mesmo incoerentes, para além de diferirem de um país para outro”. A sua forma de estruturação depende dos aspectos culturais e das características de cada sociedade, de cada época. A família como lugar distinto de construção social da realidade, onde, “o modo de construir família, as relações que fazem parte dela, os limites que a distinguem quer do grupo de parentesco quer de outras modalidades de conviver debaixo do mesmo tecto modificam-se com o tempo, de um lugar para outro e por vezes também de um estrato social para outro”. Ao mesmo tempo, “podem mudar de forma ao passarem de uma fase para outra do ciclo de vida. A multiplicidade das formas familiares, hoje como no passado, reflecte estes dois processos de diferenciação” (Saraceno e Naldini, 2003: 25).

## **1.2. Origem e Evolução da Família**

Compreender o que é a família, e as pessoas que a constituem, no entender de Carin Wall (2003: 1), é “uma velha interrogação da história e da sociologia da família”. É claro que a definição de Família hoje não se pode limitar ao que os outros observam do exterior. Para lá “do biológico, o grupo familiar constrói-se por aqueles que, sob um mesmo tecto, ou juntos e sem tecto, se sentem unidos por laços de amor, de intimidade e da protecção dos mais débeis” (Gimeno, 2003: 72-73). Para esta autora, o lar familiar não se constrói por instinto mas por iniciativas. Constrói-se com tempo e dedicação. Dedicação para unir o colectivo que ultrapassa o individual sem o anular. Ultrapassa os laços de sangue, mas não cai no anonimato. A família é construída como uma sala de entrada da vida social, onde cada um deve projectar a sua competência e os seus compromissos.

Os vários modelos de família, que ao longo do tempo e nas diversas culturas surgiram, mostram que a sua concepção é de carácter dinâmico. “A família constitui, desde a Antiguidade, uma comunidade económica, de subsistência e de protecção”. Porém, esta unidade é “desintegrada na sequência da industrialização” como afirma Norbert Borrmann (2005: 151). Apesar do conceito de família estar relacionado, de acordo com Jean-Claude Géhanne (1995: 58), “com a relação conjugal ou consanguínea”, as suas formas e funções “diferem no tempo e no espaço” e acompanham as sociedades. A evolução histórica da humanidade define a família na vertente social, religiosa, cultural e económica. É uma totalidade onde têm lugar normas, regras, papéis e um conjunto de interações. Como realidade dinâmica modifica-se ao longo do tempo e da sua própria história.

Andrée Michel (1983) considera a família como um fenómeno histórico. E portanto, um fenómeno social total, inseparável da sociedade global. Família e sociedade são realidades em interacção (Gameiro, 1987). Exercem influência mútua e transformam-se uma à outra, de acordo com a sociedade onde se insere. Ela “constitui a ‘célula nuclear’ de qualquer sociedade” (Borrmann, 2005: 151). E é, segundo Júlia Vara (1996), a instituição mais antiga e primordial. Para Segismundo Pinto (1993: 47), a família “nunca esteve, nem está separada da sociedade [...]; é sempre alvo de todas as mutações que a sociedade experimenta”. Por isso, também Anthony Giddens (2007: 174) afirma que “o mundo familiar é hoje muito diferente do que era há cinquenta anos atrás. Apesar das instituições do casamento e da família ainda existirem e serem importantes nas nossas vidas, o seu carácter mudou radicalmente.” Esta mudança, nas sociedades industrializadas do Ociden-

te, é coadjuvada, na opinião de Norbert Borrmann (2005: 151), pela “introdução da tecnologia nos lares que facilitou o trabalho doméstico e o número de filhos reduziu-se consideravelmente, graças à [...] contracepção”.

A industrialização transformou a família de unidade de produção económica em papel reprodutor, procriação e socialização. Socialização defendida por Giddens (2007: 177), como “o processo através do qual a criança apreende as normas culturais da sociedade onde nasce”. Este sociólogo considera ainda que a estabilização da personalidade é um papel desempenhado pela família na assistência emocional aos membros adultos que a compõem.

A família assume-se como um grupo com crenças, valores, normas e papéis devidamente estruturados. Os elementos que a integram vivem os mesmos problemas, estão ligados entre si por desejos e afectos, ambições e frustrações comuns (Vara, 1996). Pode ser considerada como grupo de elementos unidos por laços de autoridade como submissão, amizade e interesses afectivos, espirituais (afilhados). A família forma uma unidade coesa em que as pessoas se fundem sem perderem a sua própria identidade. Essa coesão baseia-se no amor, tendências instintivas, afectos, sentimentos de ajuda mútua, gratidão e respeito. Este grupo, na opinião de Aires Gameiro (1987), ultrapassa os elementos que o constituem. Nele se transmitem valores éticos, culturais e cívicos que permitem ao indivíduo o ingresso na sociedade.

### **1.3. Razão de Ser da Família**

As estruturas familiares surgem para proteger a díade básica: mãe/filho. Nesta, cada cultura tem procurado formar grupos com base em relações de parentesco para preservar a vida e a espécie no âmbito biológico e psicossocial. Transmite conhecimentos adquiridos, os quais constituem a própria cultura. A sua transmissão às novas gerações ocorre, essencialmente, através da família, escola, instituições comunitárias, meios audiovisuais, imprensa escrita. E, são, estes últimos, os homogeneizadores da difusão cultural.

A família é insubstituível ao desenvolvimento e apoio pessoal. Ela é uma realidade, um projecto onde se acredita e se investe, grande parte das energias pessoais, na expectativa que seja a fonte principal da satisfação individual. É o principal espaço de protecção da integridade pessoal dos seus membros, onde se preparam os primeiros projectos de

vida, se transmite sabedoria que cruza cognitivo e emocional. Existem múltiplas relações que envolvem todos os familiares. Estas prolongam-se no tempo pela existência de diferentes estados do *eu*, diferentes dimensões da pessoa. As relações transcendem o presente, ligando entre si o passado e condicionando o futuro de todos os envolvidos. Estas relações interpessoais têm carácter multidimensional onde as diferentes dimensões se combinam, sem coexistirem em perfeita harmonia, mas, também, sem serem totalmente estranhas entre si. Entre os membros de uma família, espera-se uma relação de proximidade, de afecto, apoio e carinho que deve servir de base à personalidade de cada um dos seus membros. A afectividade é das interações mais importantes por ser fundamental à compreensão do sistema familiar. Têm uma relação directa na satisfação pessoal e nas possibilidades de desenvolvimento dos membros da família. A boa relação, para Anthony Giddens (2006: 65), é “uma relação entre iguais, em que cada parte tem os mesmos direitos e obrigações”. Nestas relações, cada pessoa respeita a outra e espera o seu melhor.

O afecto é um dos valores mais importantes do ambiente familiar. Reúne sentimentos positivos, carinho, ternura, amor, confiança, lealdade, admiração, atracção, apoio, empatia entre outros. Nas famílias funcionais são as emoções dominantes.

As famílias não apresentam o mesmo grau de aproximação nas suas relações globais. A divergência deve-se ao carácter das pessoas, à sintonia que sejam capazes de trazer para o seio da família, à semelhança de idades, ao grau de parentesco entre outros factores. Por vezes, pode ser-se cordial mesmo com um certo grau de distanciamento, sem que com isso se quebre um nível mínimo do seu carácter positivo. Isto verifica-se, normalmente, nas relações intelectualizadas onde predominam as formas, apesar de não haver rejeição explícita, a componente afectiva é muito reduzida, mesmo quando as relações estão reguladas pela correcção. A intensidade de afecto não é a mesma nos diferentes membros da família. E, de acordo com John Bowlby (1976, *apud* Gimeno, 2003), os vínculos afectivos tem implicações no comportamento infantil e, consequentemente, na vida adulta: ao nível afectivo, cognitivo e social. Pretende-se dar à criança um apego seguro, capaz de proporcionar estabilidade, cuidados básicos e afectos. Mas, também, que permita vínculos plurais ao longo do tempo com outros membros da família e fora dela. O desenvolvimento da própria identidade e autonomia pessoais e o desenvolvimento da competência social ficam favorecidos quando a família é capaz de estimular e facilitar vínculos afectivos com outras crianças e adultos. Os vínculos afectivos facilitam o sentimento de pertença e incidem na configuração da própria identidade pessoal. Por vezes,

os vínculos e interdependência são tão intensos, que anulam a própria individualidade. Formam um tipo de relação fusional, correndo o risco de bloquear o desenvolvimento pessoal. A rejeição, o tédio, e a fusão podem acontecer em simultâneo, pois quando é demasiada a proximidade esta pode tornar-se asfixiante.

Os vínculos psicossociais diferenciam família adoptiva da família educadora.

#### **1.4. Tipos de Família**

Critérios como parentesco, função e localização permitem definir a família. No parentesco, as díades, sexuais e conjugais, paternais e descendência posicionam o indivíduo na estrutura familiar: marido-pai, esposa-mãe, filho-irmão. Daqui, resultam duas convenções da estrutura familiar: a família nuclear ou conjugal e a família indivisa, alargada ou extensa. A primeira composta por homem, mulher e filho(s) solteiro(s) ou não adulto(s), baseada nas díades conjugais, paternais e descendência que se limita a duas gerações. A família indivisa congrega “sob o mesmo tecto [...] um grupo familiar que engloba todas as pessoas unidas pelo sangue ou pelo matrimónio (ascendentes, pais e filhos)”, conforme Henri Mendras, (1989, *apud* Géhanne, 1995: 59).

A família pode ser distinguida a três níveis. A família em sentido próximo, onde predomina o parentesco de primeiro grau e coabitação. Um outro, com limites mais alargados, onde se inserem familiares de segundo ou terceiro grau, de acordo com os vínculos afectivos e a frequência do relacionamento. Por último, os denominados parentes cuja delimitação é habitual fazer-se pela relação de parentesco, interacções e relações afectivas pouco estreitas. As relações são, para Anthony Giddens (2007: 174), dependentes “cada vez mais da colaboração e comunicação entre os participantes. A comunicação emocional tornou-se central não só no relacionamento que envolve relações sexuais, mas também nas amizades e nas interacções entre pais e filhos.”

A família inicia-se como um sistema diferenciado com a constituição de um casal com um projecto de vida. Assume um compromisso de continuidade com aquisição de autonomia económica e funcional e representa um projecto comum num espaço próprio. A configuração do casal, primeiro, e de uma família nuclear, após o nascimento dos filhos, “obriga a uma desvinculação da família de origem, aliada ao estabelecimento de novos limites físicos e psicológicos” permitindo que a família se constitua como um sistema dife-

renciado e com identidade própria. Os limites estão directamente relacionados com a “distribuição de poder, os recursos existentes, a distribuição de papéis e com a tomada de decisões” (Gimeno, 2003: 117).

O desenvolvimento familiar faz-se por fases. São necessários diferentes graus de aproximação: os filhos pequenos requerem uma maior aproximação distanciando-se na maioridade e independência económica. Também o casal recém-criado carece de maior aproximação do que o de longa existência, mesmo que a sua convivência seja aceitável. As necessidades de aproximação não são iguais para todos os membros da família. O sentimento de pertença e identidade familiar são compatíveis com o desenvolvimento da personalidade individual, diferenciada e responsável pelos projectos individuais. A aproximação excessiva é um obstáculo ao processo de individualização e que pode originar, segundo Adelina Gimeno (2003: 68), “relações emaranhadas e com falta de delimitação, as quais são características frequentes em famílias disfuncionais”. Os termos *emaranhado* e *delimitação* explicam a falta de diferenciação dos papéis e a uma excessiva aproximação e intensidade da vida emocional de cada membro da família. As vivências e mudanças, experimentadas por outros elementos, é como se não tivessem vida própria e vivessem meramente em função dos outros.

As famílias, cujos limites são bem definidos, que respeitam a autonomia funcional e emocional dos seus membros, sabem que cada pessoa tem uma percepção da realidade, uma vida emocional e uma conduta próprias. Embora atinjam o resto da família, não se propagam, indiscriminadamente, nem se confundem nem invadem os outros. A qualidade da vida familiar supõe um aumento de conhecimentos e respeito pelas diferenças, considera-as enriquecedoras, estimulando mesmo a sua existência. As famílias disfuncionais desconhecem os limites e anulam a identidade individual a nível cognitivo, emocional, e do comportamento. Reprimem ou negam os conflitos, canalizando as suas energias a ocultar e a reprimir as suas diferenças. Ao manter relações unidas ou simbióticas, consequentemente, há intromissão na vida dos outros, competição ou luta pelo poder, regressão ou dependência (Gimeno, 2003). A inexistência de limites pode manifestar-se não no espaço físico ou do comportamento, mas mais no aspecto cognitivo, na tomada de decisões e no plano afectivo. A ausência de limites é uma rejeição ao desenvolvimento da autonomia e da própria identidade.

O termo família, actualmente, reveste-se de contornos pouco precisos. O critério de parentesco atinge diversos graus e em cada cultura determina-se um ponto de clivagem

entre os que são ou não da família. Os laços biológicos distinguem a terminologia frequentemente utilizada como família nuclear, alargada, de origem e de procriação. A família nuclear, segundo Adelina Gimeno (2003: 43-44), é “ [...] onde se incluem pais e filhos, que convivem no lar familiar sem outros parentes”. A família alargada “inclui outros graus mais vastos de parentescos abrangendo pelo menos três gerações no sentido vertical [...]”. Diferencia a família de origem “em que nascemos” e a de procriação “é aquela que formamos juntamente com o nosso par e os nossos filhos”. Segundo Jean-Claude Géhanne (1995: 58-60), “distinguem-se tradicionalmente a família nuclear, a família indivisa e a família-linhagem”. A família nuclear (ou conjugal), tipo de família mais divulgado e conhecido nas sociedades ocidentais contemporâneas, é o “conjunto constituído pelo casal e seus descendentes imediatos”. A família indivisa (alargada ou extensa) é, a “congregação sob o mesmo tecto de um grupo familiar que engloba todas as pessoas unidas pelo sangue ou pelo matrimónio (ascendentes, pais e filhos)”. Na família-linhagem, há um “agrupamento de gerações, cada uma das quais constando de um só casal”. Este autor alude a concordância entre historiadores e sociólogos, de uma transição evolucionista e simples da família, primeiramente alargada, depois progressivamente conjugal.

O desenvolvimento da industrialização faz emergir um modelo familiar centrado na família nuclear, com fronteiras bem demarcadas, relativamente à família alargada. Noutras sociedades, tradicionais, estabelecem-se limites com a família alargada, ao nível económico, espaço físico e mesmo a educação dos filhos depende do patriarca. O grupo, como nos diz Henri Mendras (1989, *apud* Géhanne, 1995: 59), “é dirigido por um chefe de família [...] que detém a autoridade sobre todos os membros”. As demarcações internas em relação à família nuclear existem, como aquelas que o casal constitui relativamente aos filhos e também, as que cada elemento estabelece em relação ao outro cônjuge. Embora os limites possam ser flexíveis, a sua recomposição ou quebra ocasiona tensões e conflitos.

A unidade familiar, enquanto grupo, é configurada em parte, pelo espaço físico, por a norma, na cultura Ocidental, ser apenas a família nuclear a conviver numa mesma habitação. A partilha do espaço físico promove a coesão familiar, por permitir interações mais frequentes e mais estreitas, mas também fortalece limites externos. Diferencia-a tanto da família de origem, como de outras pessoas e sistemas. É possível, por vários motivos, que debaixo do mesmo tecto convivam outros familiares, mas provisoriamente. A separação dos filhos só é justificada com a emancipação dos mesmos. A família nuclear,



de acordo com Adelina Gimeno (2003), é, estatisticamente, o modelo mais frequente. Modelo este que oferece expectativas mais favoráveis. Apesar desta tendência cultural, é possível encontrar famílias estáveis com domicílios separados.

A unidade de convívio reporta-se às pessoas que vivem no mesmo lar. Contudo, aplica-se a grupos não considerados família. Grupos como casais de facto ou de direito, e outros grupos como irmãos, amigos que partilham a habitação ou outros graus de parentesco de segunda ordem. O critério de coabitação define-se pela residência comum. Estas pessoas têm um endereço, o mesmo tecto, e comem à mesma mesa (Pinto, 1993).

A estrutura familiar distingue a nuclear intacta, monoparental ou reconstruída. O crescente número de famílias não normativas impõe outros limites. Outros limites, por se tratar de famílias mononucleares, famílias sem filhos e famílias reconstruídas onde as estruturas são de maior confusão na determinação dos próprios limites. A emergência destes modelos permite a Anthony Giddens (2007: 174) concluir que “a grande diversidade de famílias e formas de agregados familiares tornou-se um traço distintivo da época actual”. Apesar da consensualidade entre os autores de que o modelo nuclear é o predominante, a família nuclear tradicional foi “sofrendo uma erosão pronunciada ao longo da segunda metade do século vinte” (Giddens, 2007: 176).

Os paradigmas denominados normativos, tal como a família nuclear completa, são uma oportunidade e uma possibilidade a desenvolver. Esta não pode ser uma panaceia, por envolver riscos. Riscos como os da alienação, intolerância, fragmentação pessoal, sexismo, isolamento, desadaptação, marginalização, submissão e indiferença social a que nem as famílias normativas estão imunes. Os novos modelos familiares terão de encontrar as dificuldades normativas, mas não só, como, ainda, as inerentes à sua própria particularidade, no encontro de soluções novas. O desenvolvimento pessoal e o direito à diferença é de salientar, ao inverso dos estereótipos sociais ou da intransigência prévia dos observadores externos.

### **1.5. Funções da Família**

A família organiza-se para cumprir a função básica do desenvolvimento pessoal e da socialização. Na função, define-se pelas relações intensivas e inclusivas e pela realização de tarefas domésticas. Desempenha em todas as sociedades “um certo número de fun-

ções que podem classificar-se em [...] categorias: físicas, culturais e afectivas, sociais, económicas” conforme (Géhanne, 1995: 65).

A individualização inicia-se na relação em que cada um se define a si próprio em referência aos outros. O processo de individualização, implica ruptura e separação. Na origem da formação da identidade, está o equilíbrio entre a identidade e a vinculação, a autonomia e o sentimento de pertença. Os pais centram-se na protecção à criança e na sua socialização. Fica, por vezes, para segundo plano, o processo de individualização. Neste contexto, Adelina Gimeno (2003: 57) afirma que “a maturidade pessoal é uma meta que deve envolver toda a família”, por ser um espaço facilitador do desenvolvimento pessoal dos filhos. O recém-nascido é incapaz de sobreviver por si mesmo o que torna o seu período de criança o mais longo e mais intenso de todas as espécies. A lactação, alimentação, protecção, higiene e outros, são cuidados imprescindíveis. À criança deve-se proporcionar sentimento de segurança pela atenção às suas exigências e a regularidade dos cuidados prestados. Autores como John Bowlby (1991), Michael J. Mahoney (1995), e Mary Ainsworth (1988), (*apud* Gimeno, 2003: 55), defendem que “se forem seguros os vínculos afectivos da primeira etapa da vida, irão proporcionar a base do desenvolvimento afectivo, social e cognitivo da criança em etapas subsequentes e até mesmo em adulto, bem como a motivação para atingir objectivos, competência social, responsabilidade...”. Nas primeiras etapas do desenvolvimento, formam-se diferentes dimensões da personalidade. A auto-estima, locus de controlo, identidade, autonomia, e também a inteligência quer abstracta, verbal ou emocional são influenciados pelo ambiente familiar que condiciona o desenvolvimento infantil e, por sua vez, consequentemente, o adulto.

No processo de socialização, segundo Adelina Gimeno (2003), o sujeito é activo mas também passivo. Influencia e é influenciado. A família não é o único agente de socialização. A escola, grupo de amigos, grupos formais e informais, meios de comunicação, intervêm activamente nesse processo. A família tem um papel directo e espontâneo. Actua também de forma indirecta como filtro de outros agentes socializadores. É na família que se desenvolve um sistema de valores, atitudes e crenças. Repercutem-se no trabalho, família, humanidade, sociedade, cultura, amizade e religião. Este desenvolvimento carece do envolvimento de pais, irmãos, avós e outros familiares. Vários agentes, estratégias e momentos estimulam a socialização. E, simultaneamente, pela sua pluralidade, fazem com que essa influência nem sempre seja unívoca. A função socializadora do sistema familiar implica que contenha em si projectos, vínculos e compromissos que vão para

além do biológico, para além dos que derivam do parentesco. Esta mediação social que a família exerce é, segundo H. M. Barhr e K. S. Bahr (1996, *apud* Gimeno, 2003: 62), “mais um aspecto daquilo que denominamos de transcendência familiar. Esta entende-se no sentido de que os valores, normas e as práticas adquiridas no meio familiar se projectam para além dos limites da família nuclear e alargada”.

As tarefas básicas da família ultrapassam, de acordo com Adelina Gimeno (2003: 54), “a criança-filha, entendidas como alimentação e saúde física indo mais além da protecção e do afecto, pois pretende-se o desenvolvimento pessoal de todos os seus membros, crianças, adultos e anciãos e a sua integração activa no meio social”.

A protecção é uma função básica da família. As relações, neste âmbito, são fundamentais à funcionalidade familiar. Orienta-se de pais para filhos, varia de conteúdo e intensidade de acordo com as necessidades evolutivas destes. Estas relações têm vínculo afectivo, usando estratégias conciliadoras e persuasivas em detrimento das de domínio. As relações de apoio, mas também as de dependência e submissão, são frequentes na família. Formam, por vezes, uma rede invisível ao observador e aos próprios membros da família. Segundo Adelina Gimeno (2003: 97), as relações mais apropriadas são as “simétricas, sempre que sejam cooperativas, não competitivas e flexíveis”. A satisfação das necessidades básicas dinamiza a vida familiar. Em cada etapa que a família muda e assume tarefas diferentes, activa recursos e desenvolvimento pessoal adequado. Assim como uma socialização activa dos seus membros e, simultaneamente, mantém a sua própria identidade familiar.

A família, formada em torno da criança, acompanha-a no seu processo de desenvolvimento. Protege-a e apoia o seu desenvolvimento em todas as suas dimensões. O ser humano condiciona o seu desenvolvimento ao meio ambiente. A criança humaniza-se no meio social em contacto com os próximos, especialmente os da família de origem. É aqui que a criança desenvolve os primeiros vínculos afectivos. Deles dependerá, em grande medida, o desenvolvimento adulto, afectivo, cognitivo e social (Mahoney, 1991; Ainsworth, 1989, *apud* Gimeno, 2003).

Na função socializadora da família, segundo Pinto e Sarmiento (1997), os indivíduos apreendem, elaboram e assumem normas e valores da sociedade em que vivem. Pela interacção com o seu meio, sobretudo a sua família de origem, tornam-se membros da sociedade. A integração do sujeito na sociedade faz a ponte entre o individual e o colectivo. O próprio sistema familiar, pela sua coesão, facilita o desenvolvimento pessoal e a sua

otimização. O desenvolvimento individual flexibiliza as estruturas familiares. Potencia, assim, o desenvolvimento pessoal de todos e de cada um dos seus elementos. O desenvolvimento pessoal requer outros horizontes, para além dos que o lar familiar proporciona.

A diversidade de modelos familiares contém funções comuns. Funções como a protecção biológica dos seus descendentes, a transmissão dos modelos e normas que permitem a integração na comunidade. Os modelos divergentes são de difícil aceitação, ou repudiados. Porém, há culturas onde modelos e padrões de comportamento familiares se desenvolvem com normalidade funcional e são aceites na íntegra. Em outras, são rejeitados como se abalassem os verdadeiros alicerces da civilização.

A família, como sistema social, tem funções a cumprir e metas a atingir. Na organização interna e distribuição de papéis, emerge a liderança. A autoridade e o poder têm conotação negativa por estarem associados ao autoritarismo e à coerção. O poder está relacionado com os recursos de que a família dispõe. Recursos que podem ser económicos, apoios, conselhos, comunicação com o exterior ou serviços prestados. Os adultos, em estados iniciais do ciclo vital da família, detêm o poder sobre os menores. O período em que se aceita a autoridade dos pais, sobre os filhos, varia de cultura para cultura, assim como o poder permitido entre os membros do casal. Na relação de poder, as famílias que têm mais êxito são caracterizadas pela equidade, mas também por formularem as normas de forma negociada e participativa. A direcção deve ser inversa à da idade dos filhos, dependendo do estado do ciclo de vida familiar. As famílias funcionais têm maior capacidade de negociação e mostram-se mais flexíveis na mudança de normas.

Os pais têm, relativamente aos filhos, legitimidade de poder (es). Esta legitimidade facilita as tarefas educativas e a função socializadora da família. Nem todos os tipos de poder têm a mesma funcionalidade. O poder é um conceito flexível que, ao longo do ciclo familiar, pode mudar a sua distribuição, entre os membros da família. A distribuição de poder garante relações pessoais mais equitativas e por isso mais satisfatórias. Estão associadas ao crescimento dos filhos, idade, e à divisão sexista de papéis, de acordo com os critérios estabelecidos pela sociedade. Projectam-se em cada família, em particular. As relações de domínio, por vezes, podem estar relacionadas com estratégias de imposição. Um toma a iniciativa, o poder, a tomada de decisões. O outro submete-se, fica dependente, perde a iniciativa a identidade e o poder. O submetido nem sempre tem consciência do vínculo estabelecido, embora esta relação seja favorecida por aquele que assume a

submissão, resultante da recusa. Submissão ao amadurecimento, à não exigência, temer assumir o papel de pessoa adulta. Esta assimetria pode originar hostilidade e evoluir para conflito. Pode converter-se na dúvida, na auto-destruição ou com a agressividade dirigida ao elemento dominante, de uma forma compulsiva e inesperada. Para Anthony Giddens (2006: 65), “as relações funcionam melhor se as pessoas não esconderem nada uma à outra” e se “existir confiança mútua”. A “confiança é algo que tem de se praticar, não nasce de geração espontânea”. Por fim, “a boa relação é aquela onde não existe poder arbitrário, coerção ou violência”.

A família tem como finalidade, segundo Adelina Gimeno (2003), garantir a própria identidade e coesão familiares. Todas as crianças têm direito a satisfazer as suas necessidades básicas. Organiza-se, pois, em função disso. As famílias impossibilitadas engrossam a estatística de exploração, abandono e ausência de protecção da criança.

A família procura a sua própria identidade. São os elementos diferenciais que lhe dão uma unidade distinta do contexto e das outras famílias. Favorecer um dos extremos é, segundo Adelina Gimeno (2003: 63), “perigoso, porque os excessos de diferenciação pressupõem isolamento, desadaptação, ser-se um grupo estranho num contexto social maioritário”. Enquanto que, no outro extremo, a falta de diferenciação implica “anonimato e por isso perda do que é peculiar e da própria identidade”. A família procura o equilíbrio entre estes dois extremos ou prefere harmonizar duas mensagens contraditórias: ‘sê igual! Mas sê diferente!’. A família é um sistema ao qual se deseja pertencer. Procura-se protecção e apoio da própria identidade. Este sentimento de pertença converte-se numa ameaça. Ameaça à sua identidade, pois o grupo também pode anular a própria individualidade. A pessoa coloca-se, assim, perante outra posição paradoxal, entre a aproximação e o distanciamento, entre coesão e a diferenciação. O resultado é a mudança da pessoa. Umhas vezes, procurando a aproximação e a pertença, e outras, movendo-se em sentido oposto. Fica, assim, mais distante do grupo familiar e procura a individualidade. Tendencialmente, a família mantém a unidade familiar. Apesar de, por vezes, a família se separar física ou legalmente, é sabido que o processo de separação é doloroso. Nos conflitos familiares, em que a separação é tida como a melhor solução, Adelina Gimeno (2003: 67) afirma que “a separação psicológica é um processo longo, difícil e por vezes permanentemente inacabado”. O desejo de aproximação e de unidade familiar pode assumir grande importância e transformar-se no objectivo da união da família, mesmo à custa do desenvolvimento pessoal e da saúde mental dos seus membros. O desejo de aproximação

é consequência da necessidade de afecto, comum a todos os membros da família. Leva à forma da família como uma rede de apoio, e posterior aumento da identidade familiar. Pode ainda corresponder a outras necessidades como comunicação, companhia, assistência na doença, necessidade económica, de prestígio social e até sexual. A identidade familiar constrói-se pela coesão dos seus elementos, enquanto grupo, dando um sentido de pertença que os distingue de outros. Se por um lado a família muda na procura de uma melhor forma de cumprir as suas funções fundamentais, por outro, opõe-se à mudança receando perder a sua própria identidade. A coesão e identidade familiar são desejáveis à estrutura e às pessoas que fazem parte do agregado. A partilha de valores, hábitos e crenças, significam a existência de uma cultura comum. A família tem por base a estabilidade do sistema, o reconhecimento de uma história comum e sentimento de pertença construídos pelos seus membros.

Existe tendência a manter a identidade da família nuclear em relação à família de origem. Significa ser diferente e formar uma família de procriação e identidade própria, não perdendo os referenciais do sentimento de vinculação aos pais. A funcionalidade familiar relaciona-se com a forma de conseguir o equilíbrio entre extremos opostos. Isto é, “estabelecer uma delimitação nítida mas permeável, sem rupturas e sem encobrimento, mantendo o que é comum e próprio ao longo do tempo” (Gimeno, 2003: 64-65). A família, apesar de ser permeável à sociedade, age como uma protecção exterior. Protege a intimidade dos seus membros, e mantém os estranhos a uma distância considerável. Esbata as mudanças sociais, criando um marco espacial e temporal que facilita a assimilação das mudanças externas pelo indivíduo, de acordo com Erickson (1978, *apud* Gimeno, 2003). Os acontecimentos económicos, políticos, sociais, culturais, provenientes do exterior, modificam a vida familiar. Pais e filhos atravessam diferentes etapas. Há transições e crises nas quais têm de desempenhar diferentes tarefas individuais, com impacto na família. Cada indivíduo funciona como um sistema auto-organizado, que evolui de acordo com as suas próprias regras e metas que vão também influenciar o sistema. Para Martine Segalen (1999: 220), “os membros de cada família participam na construção da trajectória familiar e é desta, circularmente, que depende a tendência do seu próprio trajecto individual”. A trajectória na criação da família é da responsabilidade de todos os seus membros. Constroem as suas próprias estruturas, modelos e funções, adequados às suas necessidades e recursos, sem provocar intolerâncias ou ameaças por parte do sistema global (Gimeno, 2003).

As sociedades com mais recursos estão mais comprometidas com os direitos humanos. As exigências para com os menores ultrapassam a etapa da sobrevivência, onde a família é a primeira responsável por uma alimentação saudável, habitação apropriada e higiene cuidada, medicina preventiva, e escolarização mesmo que, para isso, recorram ao apoio estatal.

### **1.6. O Acolhimento Familiar**

O acolhimento familiar é uma das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo<sup>3</sup>.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, art.º 2.º, o “acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família”. A pessoa singular ou a família devem estar habilitadas para o efeito. Esta medida “visa a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral”. O acolhimento familiar é uma forma de auto-organização e apoio.

As crianças podem viver com outras famílias, mediante decisão das entidades competentes. O acolhimento familiar, segundo Paulo Delgado (2007: 21), “baseia-se no pressuposto de que a criança tem a necessidade e o direito de viver num espaço familiar personalizado, que as instituições, muitas vezes sobrelotadas, não podem proporcionar”. Tradicionalmente, os grupos sociais têm recorrido a esta medida, para dar resposta às situações críticas ou difíceis que surgem. Para além da diversidade de modalidades usadas, a educação da criança tem sido, um trabalho partilhado, pelos adultos que cooperam na prestação de cuidados. Constituía, pois, um recurso das redes informais, familiares e de vizinhança. A acessibilidade e disponibilidade são dificultadas pelo quadro das transformações sociais. Configuraram os meios urbanos e industriais das sociedades ocidentais modernas, caracterizados pela migração, desenraizamento e nuclearização das famílias.

O acolhimento familiar é uma resposta social especialmente útil, de apoio à criança e à família, e desenvolvido através de um serviço (Martins, 2005). Esta modalidade de apoio às famílias mais desfavorecidas é um recurso social. Está disponível a todas as famí-

---

<sup>3</sup> Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alínea e) do ponto 1 do art.º 35.º.

lias que, temporariamente, estejam impedidas de desempenhar normalmente as suas funções (Capdevila, 1996, *apud* Martins, 2005).

Os Estados Unidos da América e o Reino Unido foram os países que mais cedo e com maior clareza optaram pelo acolhimento familiar. A colocação de crianças em casa de famílias que lhes garantissem a satisfação das necessidades básicas, e a preparação para o exercício de uma profissão. Isto em troca da sua prestação como escudeiros ou serventes. É uma prática relativamente comum nos Estados Unidos da América, sobretudo desde a guerra colonial. As famílias abastadas do Oeste americano eram pagas para criarem crianças provenientes do Este (Martins, 2005). A necessidade de prevenir a ocorrência de abusos e a instrumentalização da criança, levou a revisões sucessivas desta medida. As necessidades da criança quando não podem ser satisfeitas de forma adequada, no seio da família, e o atendimento residencial é considerado uma solução excessiva ou inadequada, o acolhimento familiar pode ser vantajoso. Configura-se como uma resposta em alternativa mais normalizada (Casas, 1998a *apud* Martins, 2005).

Após a II Guerra Mundial, alteraram-se os serviços de protecção à infância, (Helinckx e Colton, 1993, *apud* Martins, 2005). O modelo anglo-saxónico de acolhimento familiar foi adoptado pela maior parte dos países europeus, com adaptações às especificidades. Nos Estados Unidos da América e Reino Unido, em 1980, são promulgadas duas leis. Incluem a maior parte das recomendações dos especialistas em protecção infantil e familiar, e resultam da reflexão crítica sobre os resultados da formalização do sistema de acolhimento familiar, onde as lacunas se identificam claramente (Capdevila, 1996 *apud* Martins, 2005). Em Espanha, há registo de acolhimento familiar desde 1937. A designação de *colocação familiar* é substituída pela expressão *acolhimento familiar de crianças abandonadas*. A partir do ano de 1948, os Tribunais Tutelares de Menores são investidos de competência, para atribuir a confiança judicial das crianças a pessoas, famílias ou sociedades tutelares. A confiança, na década de 70, passou a ser usada nas situações de guarda e custódia. A família de origem não perdia os seus direitos sobre a criança. A família de acolhimento detinha apenas a guarda e custódia, até que a própria família ou uma instituição residencial assumisse o seu cuidado. O acolhimento familiar ganha contornos mais claros em Espanha, no final da década de 70, pela precisão dos seus mecanismos administrativos e legais, variáveis nas diferentes comunidades autónomas (C. Capdevila, *op.cit.*). Regista ainda, segundo Paula Martins (2005), níveis relativamente baixos, comparados com outros países europeus. Em Inglaterra e no país de Gales, a proporção de



crianças acolhidas passou, nos últimos 20 anos, de um para dois terços (Delgado, 2007). Na Irlanda do Norte, também 80% das crianças retiradas da sua família se encontram em acolhimento familiar. Na Irlanda, a percentagem de crianças em acolhimento familiar passou dos 50% para os 75%, de 1977 a 1997. Na Escócia, segundo dados apresentados em 2003, 68% das crianças encontravam-se em famílias e só 32% em instituições (Delgado, 2006). Em Portugal, o acolhimento familiar surgiu com a entrega de crianças sem suporte familiar a *amas*. Esta entrega era feita por entidades, nomeadamente às Misericórdias e às Câmaras Municipais. Em 1962, foram estabelecidas as regras para o recrutamento de *amas*, com condições para o exercício da tarefa que lhes é confiada determinando funções e objectivos, desta forma de prestação de cuidados extrafamiliar. Em 1966, a instituição das *amas* dá lugar à da *família de acolhimento*. Corresponde à ênfase na família, como unidade privilegiada de (con)vivência e desenvolvimento, para as crianças e jovens, em detrimento de pessoas singulares. A primeira tentativa de formalização do acolhimento familiar, bem sucedida, verificou-se na década de 70 (Calheiros, Fornelos e Dinis, 1993, *apud* Martins, 2005). Vale a pena lembrar que para Émile Durkheim e Talcott Parsons (*apud* Géhanne, 1995: 66), “as transformações que afectam a dimensão do grupo doméstico bem como as suas funções sociais, reflectem as transformações da sociedade que, por meio de instituições cada vez mais especializadas (segurança social, seguro contra a doença, seguro contra o desemprego, caixas de aposentações...), tende progressivamente a substituir-se à família”.

### **1.7. Enquadramento Jurídico e Tipos de Acolhimento**

O instituto de acolhimento familiar foi formalmente estabelecido em Portugal, no ano de 1979, pelo Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de Agosto, que define a colocação familiar e estabelece os seus objectivos. O acolhimento familiar é institucionalizado legalmente através do mesmo diploma, e revogado pelo Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro. Actualmente, é o Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro que o regulamenta. Tem regras próprias para a selecção e formação das famílias de acolhimento, o seu acompanhamento e retribuição mensal pelos serviços prestados. Inclui subsídio para a manutenção de cada criança ou jovem, num serviço que é contratualizado e avaliado pela Segurança Social, sem prejuízo da participação na execução da medida das outras entidades

de enquadramento. De acordo com Paulo Delgado (2007: 105), em Portugal, “encontravam-se acolhidas 6480 crianças em 4731 famílias de acolhimento”. Estes são “dados incluídos no Estudo de Caracterização do Acolhimento Familiar (IDS / CNPCJR, 2002a)”. Do universo das 6480 crianças, cerca de 32% não tinham laços de parentesco com as famílias acolhedoras, ou seja, 1533 famílias e 2112 crianças. Os dados do Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (2006) revelaram que, em 2004, existiam 6277 crianças acolhidas e 4408 famílias de acolhimento. As famílias de acolhimento sem laços de parentesco (1558) representavam aproximadamente 35% e as famílias com laços de parentesco (2850), 65%.

O acolhimento familiar em Portugal, para Paulo Delgado (2007: 108), caracteriza-se genericamente, pela “previsibilidade de regresso à família biológica”, e por uma “indefinição do conceito ‘família de acolhimento em lar profissional’”. Tem transitoriedade na colocação e “classificação restrita da família biológica nuclear, permitindo o acolhimento familiar na família alargada, com laços de parentesco”. Existência da celebração dum contrato de prestação de serviço e retribuição pelo serviço de acolhimento prestado. Verifica-se uma “falta de campanhas de promoção e divulgação da medida”, para além das carências ao nível da selecção e do acompanhamento técnico, bem como a inexistência de formação inicial às famílias candidatas e de formação contínua às famílias em actividade. Acresce a estas dificuldades o “baixo nível social e económico das famílias de acolhimento, também associado aos baixos níveis de escolaridade e falta de associações que representem e apoiem as famílias de acolhimento”. A legislação vigente regulamenta o acolhimento familiar, resultante da necessidade de dar prevalência à família natural, apenas admitindo como “famílias de acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adopção”<sup>4</sup>. Nos termos da Lei, a execução da medida de acolhimento familiar assenta na previsibilidade da criança ou jovem regressar à sua família natural, e está associado à capacitação desta, no exercício da função parental.

---

<sup>4</sup> O Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, Capítulo II, art.º 8.º e 9.º, define os conceitos “acolhimento em lar” e “acolhimento em lar profissional”.

Segundo Paula Martins (2005), a medida pode assumir uma multiplicidade de formas e modalidades, com diferentes figuras jurídicas e de assistência. A sua diversidade é desejável, na medida do potencial de adaptação à especificidade das várias situações e casos. A simplificação e uniformização da sua prestação, de acordo com os requisitos legais, administrativos e outros, são pretendidas, muitas vezes, pelos serviços e profissionais. Podem pôr em causa esta flexibilidade e capacidade de adaptação às singularidades das famílias e crianças a que o acolhimento familiar pretende responder. As formas de acolhimento variam de país para país, consoante os enquadramentos legislativos e as práticas culturalmente validadas, de apoio e prestação de cuidados à infância (Martins, 2005). Trata-se de um recurso flexível e indicado para crianças cuja integridade física e/ou psicossocial está em risco no seio da família natural. Mas também para aquelas cujos problemas de comportamento requerem uma intervenção educativa especializada. O grau de especialização do serviço oferecido contém diferenças. Estas podem ser prestações relativamente indiferenciadas, ou outras especializadas. A compensação pecuniária varia com a especificidade do acordo que contratualiza os serviços prestados por cada família. O envolvimento das famílias de origem das crianças acolhidas difere em função das situações. Assim como, o seu consentimento para o acolhimento familiar. O limite é multi-determinado, podendo cada um dos envolvidos contribuir para o seu desfecho: família de origem, criança, família de acolhimento ou tribunal.

Em Portugal, o acolhimento familiar é uma resposta pouco diferenciada. Na realidade, a maior parte das famílias de acolhimento tem laços de parentesco com as crianças que acolhem. Fazem-no por períodos superiores a seis meses, e são maioritariamente remuneradas. O serviço prestado pelas famílias não é qualificado nem especializado – embora contemplado na lei, a qualificação do acolhimento familiar ainda não constitui uma resposta efectiva (Martins, 2005). Segundo esta autora, as dimensões representativas dos diferentes tipos de acolhimento familiar em Portugal são a duração do acolhimento, de tipo temporária (inferior a 6 meses), ou longa duração (superior a 6 meses). O modelo actual de protecção da infância defende a prevalência da família e o princípio da participação das crianças, nos processos que a envolvem, assim como o seu interesse

superior<sup>5</sup>. Mas não há modelos puros que resistam à realidade dos factos. Na prática, conciliar estes valores, muitas vezes com opções contraditórias, gera situações complexas e de difícil resolução. Privilegiar os direitos da família natural prolongadamente pode comprometer, por vezes definitivamente, os direitos ao desenvolvimento das crianças. Centrar, exclusiva ou, em predominância, a intervenção no interesse das crianças pode também sacrificar os direitos dos seus familiares, no que lhes diz respeito. Neste conflito, de direitos e interesses, o cuidado na gestão do tempo e da escolha da medida de protecção permite reduzir, não resolvendo em absoluto, os riscos associados à intervenção. Caracterizam particularmente o acolhimento familiar, enquanto medida. Baseia-se numa relação activa e comprometida entre a criança, a família de acolhimento, a família natural e os técnicos sociais (Delgado, 2003).

O acolhimento familiar, em Portugal, é uma medida insuficientemente utilizada. Segundo dados dos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, I. P., de Janeiro de 2008, o número total de crianças e jovens em situação de acolhimento, familiar e institucional, no ano de 2006 era de 12.245. No ano de 2007 era de 11.362. O número total de famílias de acolhimento existentes em 2006 e 2007 era, respectivamente, 4069 e 3471. As crianças e jovens em famílias de acolhimento, no ano de 2006, eram 2698 e no ano de 2007, 1829<sup>6</sup>. Estes números representam uma percentagem de colocações em famílias de acolhimento na ordem dos 22% no ano de 2006 e de 16% em 2007. Verifica-se uma redução no número de crianças colocadas em famílias, mas também no número de famílias. Cada família pode acolher, uma ou duas crianças no máximo e excepcionalmente três, de acordo com a legislação vigente<sup>7</sup>.

O acolhimento familiar, baseado no princípio de que a criança cujo desenvolvimento esteja ameaçado na família natural, será preferível encontrar uma família de substituição que, com ela, compartilhe os laços de afectividade e de privacidade (Delgado, 2007). É uma medida complexa que, se cumprida, pode ser frutífera. Para Pere Amorós e Jesus Palácios (2004, *apud* Delgado, 2007: 93), “a família não é boa só por ser uma família, mas porque oferece no seu interior um tipo de relações estreitas, personalizadas e estáveis

---

<sup>5</sup> Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, de protecção de crianças e jovens em perigo.

<sup>6</sup> Fonte: Departamento de Desenvolvimento Social, enviado por e-mail, e segundo dados do relatório do Plano de Intervenção Imediata (PII).

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, art.º 8.º

marcadas pelo afecto, o compromisso e a atenção contínua”. Tem por princípio a crença de um conjunto de valores, onde a experiência única de uma vida em família, se inclui a manutenção do relacionamento com a família biológica, a parceria com os pais biológicos, a parceria entre a família de acolhimento e os serviços sociais. Mas também o acompanhamento e a supervisão da entidade responsável. O reconhecer da contribuição profissional das famílias de acolhimento, para a comunidade através de várias modalidades remuneratórias. Segundo Kelly (2000, *apud* Delgado, 2007: 93), são os valores de ‘abertura’, de ‘parceria’ e da ‘participação’ bem como, “a crença no amor e na vida familiar que associamos às famílias de acolhimento e que proporcionam um guia geral para o que procuramos na selecção dos potenciais acolhedores”.

A protecção de crianças e jovens em perigo está inserida num quadro legal, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Tem como preocupação primeira, evitar situações de perigo, criar medidas de promoção e de protecção, numa abordagem integrada dos direitos da criança, para garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

### **1.8. Famílias de Acolhimento**

A existência de crianças e jovens, cujas famílias naturais não reúnem condições de desempenhar a sua função socioeducativa, condicionam, negativamente, a formação e o desenvolvimento da personalidade dessas crianças e jovens. Esta evidência múltiplas vezes confirmada impõe uma resposta substitutiva da família natural, enquanto esta não possa retomar a plenitude das suas funções. As famílias de acolhimento são então uma resposta social, “sendo os próprios serviços a reconhecer-lhe idoneidade para a prestação desta tarefa”, como afirmam (Tribuna e Relvas, 2007: 63).

A família de acolhimento é a quem foi temporariamente entregue uma criança. Tem como objectivo garantir-lhe condições de educação e desenvolvimento que os pais biológicos não lhe podem proporcionar. Importa salientar, o envolvimento de duas famílias – a biológica e a de acolhimento – o que requer alianças e triangulações, nas quais se pretende evitar coligações e disfuncionamentos (Tribuna e Relvas, 2007).

O recurso ao acolhimento implica a transitoriedade da relação criança/jovem — figuras parentais no acolhimento — numa continuidade de desenvolvimento relativamen-

te à família biológica. A colocação de uma criança ou de um jovem não é um acto neutro. Engloba contextos muitas vezes de difícil compreensão.

Nascemos de uma família que tem, indiscutivelmente, características comuns com as restantes do mesmo meio. Mas também tem as suas idiossincrasias, o seu estilo próprio de ver a vida e de relacionar-se, intra e extra domicílio. A nossa família, de acordo com Adelina Gimeno (2003: 14), “não é a única janela nem o único mundo possível... ainda que seja o que está mais perto, o mais íntimo, o que mais nos vincula afectivamente e que mais influi na configuração da nossa identidade e do nosso desenvolvimento pessoal”. Tem, por isso, uma grande influência, quer no sentido quer no significado que atribuímos à nossa própria vida. Mas é também “uma janela susceptível de ser aberta, um mundo que se pode ampliar”. Apesar da intensa influência que recebemos da família de origem, os modelos transmitidos não chegam para nos moldarem de forma definitiva. O desenvolvimento precoce não influi irreversivelmente a nossa vida, embora, por vezes, os seus efeitos sejam difíceis de modificar. Aprendemos e apreendemos, com e no tempo, a experiência, reflexão e observação que existem outros estilos de vida. Aprendemos a ver a nossa vida familiar no seio da diversidade e a compreender que podemos ter um papel mais activo na sua configuração (Gimeno, 2003). Conhecemos uma outra realidade social, quando ultrapassamos os limites do nosso mundo mais restrito, como a casa, o bairro, a vila, e níveis socioculturais semelhantes e os comparamos com outros diferentes, de outras zonas, de outras regiões. Compreendemos que a estrutura familiar é influenciada pela cultura, ideologia, economia, etnia, religião e modelos de organização social. Quando estamos preparados ao uso desta lupa, predispomo-nos a compreender que o próprio não é único. Tomamos consciência que existe outras realidades familiares e podemos entender outros mundos possíveis. É necessário conhecer, observar, contactar com outros estilos de vida familiar que enriqueçam a nossa própria perspectiva e contribuam, também, para reconsiderarmos o conceito que temos de família, as expectativas que construímos em relação a ela, o valor que lhe atribuímos e “a forma como discriminamos os padrões funcionais e disfuncionais da vida familiar” (Gimeno, 2003: 15).

No âmbito das medidas de colocação previstas, o artigo 35.º da Lei n.º 147/99 diz que são medidas de promoção e protecção: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar e f) acolhimento em instituição. A confiança de uma criança que seja objecto desta medida, pode ser atribuída a uma família ou a uma pessoa singular consi-

deradas especialmente habilitadas para a prestação dos cuidados adequados às necessidades e bem-estar da criança e para a educação promotora do seu desenvolvimento (artigo 46.º). As famílias de acolhimento podem constituir-se em lar familiar ou profissional. Se forem duas pessoas casadas entre si ou que vivam há mais de dois anos em união de facto ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação ou a família é constituída por pessoas com formação técnica adequada, respectivamente (artigo 47.º). Os critérios exigidos incluem condições psicológicas, materiais e sociais consideradas necessárias, assim como disponibilidade para a frequência de acções de formação promovidas pelas instituições de enquadramento. Além da exigência de contacto com a família natural das crianças que acolhem, é-lhes atribuída a responsabilidade da educação e da prestação de cuidados de saúde necessários aos menores. Para o efeito, podem beneficiar de apoio técnico (Mendes, 1997, *apud* Martins, 2005).

### **1.9. Acolhimento Familiar em Portugal**

O conceito de criança não surgiu numa data específica. Ao longo dos séculos sempre existiu. Existiu de diferentes formas, de acordo com a sociedade. Segundo Philippe Ariès (1978), o olhar diferenciado sobre a criança teria começado a formar-se com o fim da Idade Média, sendo inexistente na sociedade desse período. Na época medievla, a criança era ignorada, melhor, olhada como um adulto em *miniatura*. De certo modo, essa visão manter-se-ia nas centúrias seguintes, como o prova a pintura dos séculos XVI e XVII, especialmente. Participava nos mesmos jogos e trabalhos que os adultos; por vezes, era tida como mercadoria susceptível de troca ou venda. Segundo o mesmo autor, nesta época, as crianças passavam rapidamente a jovens adultos. Aprendiam precocemente um ofício. A família era um lugar mais de entreaajuda que afectividade. Por isso, o desaparecimento da infância não prejudicava a estrutura familiar no plano afectivo. Philippe Ariès considera ainda que, nos séculos XVII e XVIII, houve modificação significativa no relacionamento entre pais e filhos na sociedade Ocidental. A redescoberta da criança faz com que a família se organize em função dela. No início, com sentimentos de ternura e carinho. Defende-se a fragilidade infantil. Estes sentimentos de infância, provindos do meio familiar e eclesiástico e/ou intelectual, levam a que a criança perca o seu anonimato e assuma um papel central no meio familiar. Mais tarde, associaram-se “atitudes de autoridade e severidade aliadas à necessidade de educação e instrução” (Cf. Soares, 1997: 38).

Com a industrialização, houve regressão. As crianças voltam a ser exploradas, e forçadas a trabalhar longas horas em tarefas pesadas, más condições e são maltratadas.

No final do século XVIII e início do século XIX, a sociedade coloca, em primeiro plano, a pedagogia, moral e amor, tendo a criança um papel fulcral no seio da família. O surgimento das ciências como a Pedagogia, a Psicologia, a Medicina Social e Infantil, faz com que a criança seja vista como um sujeito distinto do adulto, carente de protecção, com valor próprio e dotada de potencialidades. Surge a consciência da necessidade de direitos para as crianças.

No século XX, há retrocesso na relação entre pais e filhos. Volta o sentimento de indiferença para com as crianças manifestando-se numa atitude de intolerância e não permissividade. Após a primeira Guerra Mundial, emergem novas necessidades relacionadas com as crianças, nomeadamente aquelas que foram vítimas dessa Guerra e que estavam sujeitas a más condições de vida.

As transformações verificadas, de época para época, na forma de considerar a criança, estão interligadas com as mudanças ocorridas na família. Por isso, a progressiva alteração do estatuto da criança no seio da família está relacionada com as mudanças dos valores e perspectivas perante a vida familiar.

Ao longo do tempo, a defesa dos direitos da Criança tem sido tarefa difícil. Se é difícil consciencializar a sociedade para essa necessidade, também o é ultrapassar dificuldades que se colocam à interpretação e aplicação de direitos para as crianças e jovens, em contextos culturalmente diferentes e em épocas históricas distintas. Alguns dos factores que mais contribuíram para a defesa dos interesses das crianças e jovens, segundo Pedro Strech (2004), foram, sem dúvida, uma maior disponibilidade emocional, dos pais relativamente aos filhos. A acessibilidade a mais informação permitiu um olhar mais exigente e atento em algumas situações, que passaram a ser menos toleradas.

Em 1959, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos da Criança, com o objectivo de lhes melhorar as condições de vida, proporcionando bem-estar e protecção. Os direitos da criança ganham maior incentivo, com a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança no ano de 1989. Enuncia um conjunto de direitos fundamentais como: os direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais de todas as crianças. A Convenção, de acordo com Maria Calheiros (2006), concilia os direitos, mais concretamente os de provisão como a saúde, educação e cuidados físicos, e, também, os de protecção contra todas as formas de injustiça, abuso, discriminação e



exploração e ainda os de participação da criança em todos os assuntos que lhe digam respeito. A Convenção dos Direitos da Criança não é apenas uma declaração de princípios; quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados aderentes, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e protecção eficaz dos direitos e liberdades nela consagrados. Portugal ratificou a Convenção em 21 de Setembro de 1990. A Convenção dos Direitos da Criança não consiste apenas em obrigações morais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas inclui “obrigações juridicamente vinculativas”. Actua ao nível das atitudes, leis, instituições e medidas políticas (Pais, 2005: 10). Procura encontrar um equilíbrio, entre os direitos das crianças e jovens e os dos seus responsáveis legais. Concebe, aos primeiros, o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito. A especificidade que a Convenção confere à criança o sentimento moderno de infância, a que Philippe Ariès se reportou nas suas obras. No século XX, este sentimento é acompanhado pela definição e institucionalização do valor da criança ou jovem e das suas necessidades, bem como das obrigações que a família e a sociedade têm para com eles (Calheiros, 2006).

A violência e os maus-tratos infligidos às crianças e jovens, praticados em casa, nas escolas e na comunidade, confirmam que o mundo, no que diz respeito à sua protecção, não cumpre o estabelecido. As crianças merecem viver num ambiente protegido. Segundo o relatório da UNICEF (*Innocenti Report Card 5*), apresentado em Berlim em 2003, as mortes infantis e a ausência de definições comuns sobre “abuso” fazem com que não existam dados sobre maus-tratos em crianças comparáveis ao nível internacional. O estudo efectuado dá conta de “uma convicção crescente de que a mortalidade infantil, em consequência de maus-tratos, se encontra sub-representada nas estatísticas disponíveis”. O relatório afirma que todas as estatísticas relativas a maus-tratos em crianças devem ser tratadas cuidadosamente. Insiste em que é necessário adoptar, em todos os países, métodos de investigação consistentes e melhorar a recolha de dados, para que possam informar e orientar as políticas de protecção da infância.

A protecção dos menores foi crescendo ao longo dos últimos séculos, tal como o controlo social relativamente a estas questões, originando um maior número de abandonos e tentativas dos pais ou tutores em esconder as violências físicas que infligiam às crianças. E, José Gallardo (1994) menciona os trabalhos de Ambroise Tardieu (1818-1879) que, em 1860, estabeleceu as linhas gerais do conceito de maus-tratos infantis, contrastando os dados clínicos de crianças com as justificações apresentadas pelos pais ou tuto-

res. No final do século XIX e início do século XX, o avanço da ciência revelou-se muito importante como método auxiliar no diagnóstico médico: a radiografia. A radiografia permitia confirmar as fracturas, quer as antigas, recentes ou ainda em cicatrização. Em 1961, o pediatra Henry Kempe (1922-1984) avança com o termo *Battered Child* (Síndrome da Criança Batida) para designar um quadro clínico em que as crianças eram sujeitas a maus-tratos severos, que poderiam originar lesões graves e permanentes, e até conduzir à morte. Este termo, alargado, dá origem à denominação de criança maltratada. Engloba todo o tipo de violência contra crianças, onde se inclui a violência emocional, até então não considerada. Esta designação evolui e dá origem ao conceito de criança abusada, terminologia de C. Henry Kempe (1962, *apud* Calheiros, 2006), que, para além dos dois termos anteriores, inclui ainda dimensões de tão complexa realidade como abandono, abuso sexual, maus-tratos psicológicos e de desnutrição. Nos anos 70, é reconhecido que o abuso sexual também acontece no seio familiar. Nos anos 80, começa-se a considerar os maus-tratos psicológicos como uma forma de abuso, apesar de estarem frequentemente associados a outras formas de maus-tratos, como mencionam Raquel Matos e Bárbara Figueiredo (2001). Em Portugal, o tema dos maus-tratos ganha especial relevância nos anos 80, pelo interesse da Comunidade Médica Pediátrica. É de grande importância a comemoração, em 1979, do Ano da Criança, pelo impacto que causa na sociedade dando uma maior visibilidade ao problema. O trabalho desenvolvido pela Sociedade Portuguesa de Pediatria, nomeadamente a secção de Pediatria Social, o Centro de Estudos Judiciários e o Instituto de Apoio à Criança são fundamentais na denúncia e estudo das situações de maus-tratos.

No âmbito da intervenção, começam a surgir núcleos de apoio à criança maltratada em vários hospitais. Mais tarde, no ano de 1991, são criadas as Comissões de Protecção de Menores – actualmente designadas por Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.

Em Portugal, de acordo com Maria Calheiros (2006), a separação das crianças ou jovens do seio familiar deve-se, primordialmente, aos maus-tratos que lhes são infligidos, o que leva os *media* a dar grande ênfase a esta problemática. Consequentemente, os profissionais da área da infância e juventude sentem necessidade de investimento neste domínio. Segundo a mesma autora, ainda não existe um sistema que proporcione estatísticas actualizadas sobre a temática. A sua incidência e dimensão real não são conhecidas, mesmo sabendo que o número de crianças vítimas de maus-tratos é crescente em cada ano. Na realidade, muitos dos casos são mantidos na esfera privada ou, quando sinaliza-

dos, não chegam a instâncias legais. Isto implica, muitas vezes, a detecção tardia de situações limites, de perigo para a criança.

Segundo a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (Cf. <http://www.cnpcjr.pt/>), constitui situação de perigo para a criança ou jovem, o abandono ou viver entregue a si própria, o abuso sexual ou o sofrimento de maus-tratos físicos ou psicológicos, sendo igualmente situações de risco não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; ser obrigado ou obrigada a actividades ou trabalhos excessivos e inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou ainda prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento, bem como estar sujeito ou sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional e “assumir comportamentos ou entregar-se a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

A intervenção, para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo, obedece a princípios como o interesse superior da criança, os interesses e direitos da criança e do jovem devem ser atendidos prioritariamente. A privacidade, e a promoção dos direitos devem ser efectuadas no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada. A intervenção deve ser precoce e efectuada imediatamente ao conhecimento da situação de risco. Intervenção mínima, que deve ser desenvolvida somente pelas entidades e instituições, cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo. O princípio da proporcionalidade e actualidade, na intervenção necessária e ajustada e que só pode interferir na sua vida e na da sua família, na medida em que seja estritamente essencial a essa finalidade. Na responsabilidade parental, a intervenção deve ser efectuada de modo a que, os pais assumam os seus deveres para com a criança ou jovem. A prevalência da família é um princípio assente na promoção dos direitos e na protecção, onde, deve ser dada predominância às medidas que os integram na sua família ou que promovam a adopção. Na obrigatoriedade da informação, a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos e também dos motivos da intervenção e da forma como esta se processa. Na audição obrigatória e participação: a criança e o jovem, bem como os seus pais, têm direito a ser ouvidos e a participar na definição da medida de promoção dos direitos e protecção. No

princípio da subsidiariedade, a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência, em matéria de infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e em última instância, pelos tribunais.

Os comportamentos menos dignos, segundo Natália Soares (1997), ocorridos ao longo do tempo, dos pais aos filhos deviam-se à falta de maturação emocional e não à falta de amor. Origina, então, três tipos de atitudes possíveis: a  *projecção*, a  *reversão* e a  *regressão*. Na primeira, a criança é vista como um meio para a satisfação das aspirações dos adultos. Na segunda, é vista como substituta de alguém para com o qual não se tem grande consideração, levando a atitudes menos positivas para com a mesma. Por último, o adulto está essencialmente preocupado com as necessidades da criança. A autora considera este último, como a atitude mais adequada na relação entre pais e filhos. A criança ou jovem deve ser encarado como um sujeito com direitos e necessidades que têm de ser satisfeitas.

As medidas de promoção dos direitos e protecção são: a) apoio junto dos pais; b) apoio junto de outro familiar; c) confiança a pessoa idónea; d) apoio para a autonomia de vida; e) acolhimento familiar; f) acolhimento em instituição; confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção (lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto). Estas medidas são executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação, conforme a sua natureza, e podem ser decididas a título provisório. Consideram-se medidas a executar em meio natural de vida as previstas nas alíneas a), b), c) e d) e medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f). A aplicação das medidas é da competência exclusiva das Comissões de Protecção e dos Tribunais. As medidas aplicadas pelas Comissões de Protecção ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e protecção que, em meio natural de vida deve incluir os cuidados de alimentação, higiene, saúde (onde se inclui consultas médicas e de orientação psicopedagógica) e conforto a prestar. A identificação do responsável pela criança ou jovem durante o período de impossibilidade dos pais ou da pessoa a quem esteja confiada; o plano de escolaridade, de formação profissional, trabalho e ocupação de tempos livres e o apoio económico a prestar, modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição. Em colocação, deve incluir a modalidade de acolhimento e o tipo de família ou de lar; os direitos e deveres dos intervenientes, periodicidade das visitas e os montantes da prestação correspondente aos gastos necessários a ter com a criança ou jovem; a periodi-

cidade e o conteúdo das informações a prestar às entidades administrativa e às autoridades judiciárias, bem como a identificação da pessoa ou entidade que a deve prestar.

### **1.10. Importância da Intervenção em Famílias de Acolhimento**

A existência de crianças e jovens, cujas famílias naturais não se encontram em condições de poder desempenhar a sua função socioeducativa, condicionando negativamente a formação e o desenvolvimento da personalidade dessas crianças e jovens, é fonte de preocupação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 190/92 de 3 de Setembro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro. Encaminhar estas situações requer respostas substitutivas da família natural, temporariamente, até que esta possa retomar a plenitude das suas funções. Entre elas, surge o acolhimento familiar, genuína prestação de acção social, que visa o acolhimento transitório de crianças ou jovens em outras famílias. Estas são designadas genericamente, neste diploma, por famílias de acolhimento. São evidentes as vantagens do acolhimento familiar, sobretudo quando confrontadas com outras respostas de carácter institucional mais tradicionais, como são o caso do internamento em lares.

A intervenção social constitui um dos mais fortes instrumentos da política social que implica “interacções com e entre técnicos, os recursos das redes sociais informais e as competências dos sujeitos/famílias” e, ao mesmo tempo, “tem de se reconhecer que os sistemas de apoio são uma parte indispensável do contexto de suporte às famílias [...]” como afirma (Sousa et. al, 2007: 49).

As famílias de acolhimento apenas se devem constituir como indicação/solução se os técnicos intervenientes tiverem, segundo Cirillo (1998, *apud* Tribuna, 2007: 67), “a origem precisa dos problemas vivenciados pelas crianças; os elementos de um prognóstico estabilizador, de acordo com os quais os elementos patogénicos possam vir a desaparecer; os meios apropriados de terapia, assistência e controlo, capazes de viabilizar o processo de mudança desejado”. O processo de mudança, requer tempo. Os serviços, as estruturas e os intervenientes devem ser capazes de assegurar que a mudança se possa operar. Isto é, “que a criança possa regressar a sua casa e aí viver normalmente”. As famílias de acolhimento constituem um recurso que não esgota a acção dos técnicos. E, devem intervir e trabalhar com os subsistemas existentes.

O acolhimento familiar apela à solidariedade das famílias e das pessoas que, podendo e querendo acolher crianças e jovens, gratuitamente ou remuneradamente, o possam fazer mediante a garantia de apoios necessários à sua acção. A legislação prevê apoios. Os Artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2008, definem as competências das instituições de enquadramento e equipas técnicas, respectivamente. As instituições de enquadramento são os serviços da Segurança Social. Estes serviços devem incluir, nas suas equipas técnicas, profissionais que, como mediador, na sua acção pedagógica deve, germinar a mudança. Falamos do educador social.

A investigação em educação social, segundo Gloria Serrano (2004), deve orientar-se para a mudança, ou seja, para o aperfeiçoamento da realidade, para a sua transformação. Na investigação, a dialéctica entre os paradigmas quantitativo e qualitativo teve início há décadas. É útil à investigação, no âmbito da educação social, por recorrer aos dois paradigmas na procura da resolução de problemas.



## **2. PROJECTO DE INTERVENÇÃO**

A elaboração de um projecto, segundo Ander-Egg (1989, *apud* Serrano, 2008: 19), consiste “essencialmente em organizar um conjunto de acções e actividades a realizar que implica o uso e aplicação de recursos humanos, financeiros e técnicos, numa determinada área ou sector, com o fim de alcançar certas metas ou objectivos”. Todo o processo deve ser estruturado de forma adequada às condições existentes na comunidade e a sua participação, o que impõe o conhecimento da sua vida e modo de estar. Por isso, a identificação de um problema remete-nos para a ideia de projecto que, segundo Alfons Sempere, (2004: 137), “está presente em diferentes níveis da vida social actual”. A palavra *projecto* utiliza-se em sentidos ou orientações diversos. A sua inclusão no campo social e educativo corresponde à necessidade de precisão dos processos de intervenção social.

Um projecto, para Gloria Serrano (2008: 16), é “um plano de trabalho com carácter de proposta que consubstancia os elementos necessários para conseguir alcançar os objectivos desejáveis”. Podemos, segundo a autora, definir a noção de social, como o processo que afecta o ser humano, e as suas condições de vida, as relações com outros sistemas de valores. A união dos conceitos, projecto e social, origina um outro conceito: Projecto Social. Este contempla, fundamentalmente, o que faz referência às necessidades básicas do indivíduo que, de acordo com os organismos internacionais, são a saúde, a educação, o emprego e a habitação. O indivíduo tem, também, necessidade dos outros para se identificar e desenvolver como ser social. A comunidade surge associada às famílias e assumindo uma forma de sociabilidade baseada numa ‘consciência do nós’, como o espaço / tempo criador da vida colectiva das redes de relacionamento, da partilha dos problemas e necessidades e da construção de laços entre as pessoas e famílias (Madeira, 1996).



A família é o primeiro contexto responsável pela “sobrevivência” da criança. Traduz-se através da satisfação das necessidades primárias, físicas (alimentação, abrigo e protecção contra o perigo) e socioemocionais (interacção, afecto, atenção, estimulação, aceitação e jogo). Nesta perspectiva, a definição de *risco* deve considerar a heterogeneidade destas necessidades (Penha, 1996: 11).

A realidade mostra a existência de crianças negligenciadas, na sua maioria, pelos pais e que, pela defesa dos seus direitos, lhes são retiradas. As instituições de acolhimento recebem-nas, as que a sua estrutura permite. Outras são acolhidas por famílias que se candidatam à adopção. Algumas, efectivamente, legalizam a adopção.

Hoje, além dessas crianças, outras existem cujos pais não as abandonam, mas não têm condições para as cuidar.

A sociedade portuguesa confronta-se com muitos obstáculos e dúvidas sobre as instituições que se tornam os “lares alternativos” destas crianças e a alternativa a estes. As respostas são possíveis em outros núcleos familiares, considerados idóneos ao seu desenvolvimento.

A visibilidade social e científica de situações de risco na infância, nas últimas décadas, tem sido exponencial, promovendo debates acerca das respostas familiares e institucionais de protecção à criança e ao jovem e pela reorganização das estruturas legais e institucionais. Esta questão torna pertinente o repto que Maria Teresa Penha (1996), lançou no seu estudo sobre *Crianças em Risco*, de “Como motivar/sensibilizar os pais, as famílias e as comunidades para que todas as crianças tenham um LAR e não apenas uma habitação”? Todas as crianças devem apreender os princípios da socialização, vivendo práticas socializadoras ricas em compreensão e afecto. Uma década volvida a questão é ainda actual.

Torna-se urgente que “o Estado e a sociedade civil possam encontrar metodologias mais adequadas, de forma a assegurarmos respostas partilhadas, mais qualificadas, projectos de vida consistentes, aptos a colocar a criança ou o jovem no centro das nossas atenções, e encarando sempre que o seu acolhimento é desejavelmente provisório”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Intervenção da Secretária de Estado Adjunta e de Reabilitação no encontro “O acolhimento de crianças e jovens em instituição: perspectivas, desafios e paradigmas”, em Santa Maria da Feira, em Março de 2008.

O elevado número de crianças e jovens em instituições levou o Governo, no seu Programa, a contemplar a desinstitucionalização de 25% dos jovens acolhidos, entre 2005-2009.

O pressuposto deste trabalho é contribuir para o estudo e conhecimento do acolhimento familiar. Justifica-se, particularmente, na sequência da alteração à Lei sobre o acolhimento familiar<sup>9</sup>.

Em Portugal, no ano de 2006, o total de crianças e jovens em situação de acolhimento, familiar e institucional era de 12.245. No ano de 2007, o total de crianças era de 11.362<sup>10</sup>. A reflexão sobre estes números levou-nos a questionar quantas destas crianças estariam numa família. Enveredámos, então, pelo acolhimento familiar e a *medida família de acolhimento*. Esta temática, desde há muito que nos suscita alguma inquietação. Nomeadamente, o baixo rácio de famílias de acolhimento para as crianças em causa, ao nível nacional, distrital e concelhio, a relevância e apoios que têm realmente, a importância das equipas multidisciplinares na preparação e acompanhamento destas famílias. Outras questões surgiram, mas foi com estas que iniciámos a nossa investigação, por nos parecerem, abrangentes ao estudo em questão.

## **2.1. Localização**

O estudo realiza-se no Distrito de Aveiro, composto por 19 Concelhos. Neste distrito, segundo dados do Instituto da Segurança Social, existem actualmente 107 famílias de acolhimento com 128 crianças acolhidas. Destas famílias, 28 têm laços de parentesco com as crianças e acolhem 35 delas. As restantes 79 famílias de acolhimento não têm qualquer laço de parentesco e acolhem 93 crianças<sup>11</sup>, conforme Tabela I.

---

<sup>9</sup> O Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, veio regulamentar o acolhimento familiar e revogar o Decreto-Lei n.º 190/92 de 3 de Setembro.

<sup>10</sup> Departamento de Desenvolvimento Social, enviado por e-mail em Janeiro de 2009, e segundo dados do *Relatório do Plano de Intervenção Imediata* (PII), Conf. Anexo 1

<sup>11</sup> Dados fornecidos pela Interlocutora Distrital para o Acolhimento Familiar e responsável pela equipa técnica do Acolhimento Familiar no Distrito de Aveiro.

TABELA I. DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO E CRIANÇAS ACOLHIDAS NO DISTRITO DE AVEIRO QUANTO À EXISTÊNCIA DE LAÇO DE PARENTESCO

<b>Laço de Parentesco</b>	<b>Famílias de Acolhimento</b>	<b>Crianças Acolhidas</b>
Com laço de parentesco	28	35
Sem laço de parentesco	79	93
Total	107	128

Fonte: Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Aveiro

A população em estudo é constituída por três famílias de acolhimento. Uma vive no Concelho de Aveiro e duas no de Ílhavo.

## **2.2. Contexto geográfico e social**

O Concelho de Aveiro é constituído por 14 freguesias e 73100 habitantes<sup>12</sup>. Aqui habitam doze famílias de acolhimento, dez das quais sem laços e apenas duas com laços de parentesco. O total de crianças acolhidas nestas famílias é de treze, sendo que três têm laços de parentesco e dez não, conforme Tabela II.

TABELA II. FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO E CRIANÇAS ACOLHIDAS NO CONCELHO DE AVEIRO (POR LAÇO DE PARENTESCO)

<b>Laço de Parentesco</b>	<b>Famílias de Acolhimento</b>	<b>Crianças Acolhidas</b>
Com laço de parentesco	2	3
Sem laço de parentesco	10	10
Total	12	13

Fonte: Instituto da Segurança Social / Centro Distrital de Aveiro

O grupo etário destas crianças situa-se entre os 12 e os 20 anos de idade, sendo oito do género masculino e cinco do género feminino, conforme Tabela III.

<sup>12</sup> Instituto Nacional de Estatística, referente ao ano de 2008.

TABELA III. CRIANÇAS ACOLHIDAS NO CONCELHO DE AVEIRO (GÉNERO)

Género	Crianças Acolhidas
Masculino	8
Feminino	5
Total	13

Fonte: Instituto da Segurança Social / Centro Distrital de Aveiro

Na freguesia de Esgueira existe apenas uma família de acolhimento, a qual faz parte da população em estudo. A esta família denominamos *família A*.

Esta freguesia, pela sua localização geográfica, teve grande desenvolvimento. A sua fundação remonta pelo menos à Idade Média, altura em que desenvolveu a actividade agrícola, marítima e exploração de marinhas de sal. Intensifica então o comércio que se prolongou durante séculos, registando-se grande afluência de comerciantes, à vila (Silva, 1994). A freguesia, hoje com 12.262 habitantes<sup>13</sup>, é constituída por vários lugares. É uma das maiores e mais populosas do concelho de Aveiro. No seu património cultural, destaca-se a Igreja Matriz e o Pelourinho de Esgueira. É de referir a existência de várias instituições de cariz cultural e recreativo, como o Grupo Folclórico e Casa do Povo, Centro Cultural, a Escola Básica e a Secundária e ainda várias associações.

O Concelho de Ílhavo é formado, hoje, por 4 freguesias e 41271 habitantes<sup>14</sup>. Desde sempre as suas gentes se dedicaram ao mar. Cedo descobriram a sobrevivência económica através dele. A localização privilegiada, e a sua vocação marítima, proporcionaram o aparecimento de zonas portuárias, particularmente de pesca longínqua, com todas as actividades inerentes ao estaleiro naval. As indústrias de secagem e de frio constituíram um factor marcante no desenvolvimento económico e social do concelho.

No século XX, nomeadamente ao longo das duas últimas décadas, Ílhavo sofreu profundas mutações sociais, culturais e económicas. Estas devem-se sobretudo à diminuição da oferta de emprego no sector das pescas, obrigando as gentes ilhavenses a mudar de actividade. Verificou-se, então, uma viragem para sectores como comércio marítimo e a indústria.

<sup>13</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001*.

<sup>14</sup> Instituto Nacional de Estatística, referente ao ano de 2008.

No Concelho de Ílhavo residem doze famílias de acolhimento. Apenas uma tem laços de parentesco. O total de crianças acolhidas é de catorze, sendo que duas têm laços de parentesco e doze não, conforme Tabela IV.

TABELA IV. FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO E CRIANÇAS ACOLHIDAS NO CONCELHO DE ÍLHAVO (LAÇOS DE PARENTESCO)

Laço de Parentesco	Famílias de Acolhimento	Crianças Acolhidas
Com laços de parentesco	1	2
Sem laços de parentesco	11	12
Total	12	14

Fonte: Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Aveiro

Acolhem catorze crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos de idade, nove do género masculino e cinco do género feminino, conforme Tabela V.

TABELA V. CRIANÇAS ACOLHIDAS NO CONCELHO DE ÍLHAVO (GÉNERO)

Género	Crianças Acolhidas
Masculino	9
Feminino	5
Total	14

Fonte: Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Aveiro

Na Gafanha da Nazaré existem cinco famílias de acolhimento. Na Gafanha da Encarnação existem três famílias de acolhimento. Destas famílias de acolhimento, foi seleccionada uma em cada freguesia, para fazer parte do nosso estudo. A estas famílias seleccionadas denominamos de *família B* e *família C*, respectivamente.

A freguesia da Gafanha da Nazaré, criada em 1910, foi elevada a cidade no ano de 2001. Com cerca de 14.021 habitantes<sup>15</sup>, é hoje uma cidade dotada de património cultural construído e relevante como o Forte e o Farol da Barra, incluindo-se, também, a casa

<sup>15</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001*.

Gafanha e o Navio Museu Santo André. Dispõe ainda de várias instituições de cariz cultural, religioso e recreativo, do qual destacamos: a Fundação Prior Sardo, a Escola Básica e a Escola Secundária, um grupo Etnográfico e várias associações. Possui alguns equipamentos de lazer e desportivos, como o Centro Cultural e Jardins e um complexo desportivo com pavilhão coberto e piscina.

A população da freguesia da Gafanha da Encarnação é composta por 4.907 habitantes<sup>16</sup>. Podemos referir como património construído a Igreja Matriz e o Cruzeiro. As duas Escolas do Ensino Básico, o edifício sócio-educativo e a estufa da chicória são de construção recente.

É uma freguesia com boa acessibilidade às localidades vizinhas. Ílhavo e as novas vias de acesso ao interior do país e a Espanha são-lhe periféricos. Actualmente, a agricultura é uma prática complementar, por estar associada a outras fontes de rendimento.

Este é o espaço de vida onde se concretizam problemas, necessidades, projectos e esperanças de muitos agregados, entre os quais, as famílias de acolhimento que integram o nosso grupo de trabalho.

A revisão da literatura mostra que a família de acolhimento deve ter presente o carácter temporário da colocação. A intervenção do técnico da entidade responsável, nestes casos a Segurança Social, deve procurar assegurar o regresso à família biológica ou uma colocação permanente, por adopção ou acolhimento familiar prolongado (Delgado, 2007), como referimos anteriormente.

No âmbito do trabalho desenvolvido junto da Segurança Social, elaborámos um questionário dirigido aos técnicos responsáveis pelo acolhimento familiar<sup>17</sup>. Este é composto em duas partes: experiência profissional e colheita de opinião de quem, na prática, gere a aplicação da medida. Procuramos valorizar a experiência do acolhimento familiar e as dificuldades inerentes. A última questão, aberta, também foi incluída nas entrevistas feitas às famílias, que procuram traduzir a finalidade deste projecto: analisar a realidade social quanto à vivência quotidiana da família de acolhimento, de forma a prestar os cuidados adequados ao desenvolvimento integral da criança e do jovem e saber que intervenção adoptar na melhoria da qualidade do serviço.

As respostas que apresentamos respeitam a confidencialidade e mantêm o anonimato dos respondentes, por razões éticas e deontológicas.

---

<sup>16</sup> *Idem, idem.*

<sup>17</sup> Cf. Anexo 2.

A Segurança Social engloba vários organismos entre os quais o Instituto da Segurança Social, I.P. O Centro Distrital de Aveiro inclui diferentes tipos de serviços, de acção social, como o acolhimento familiar para crianças e jovens.

A equipa técnica do Instituto da Segurança Social, responsável pelo acolhimento familiar no Distrito de Aveiro, é composta por cinco elementos: um coordenador e um psicólogo, que na equipa do acolhimento trabalham em tempo parcial (25%). Os restantes três técnicos laboram em horário completo. Quatro dos elementos têm vínculo de efectivo com a instituição que representam e apenas um é contratado há dois anos. A área de formação de três técnicos, incluindo o responsável, é educação de infância, um é de política social e um psicólogo. A experiência profissional da equipa do acolhimento familiar, segundo a informação que recolhemos, é já de cerca de 30 anos. Exceptua-se o psicólogo com 15 e o técnico contratado com 2 anos. Compete a esta equipa técnica dar apoio e acompanhar as famílias em estudo.

Pelas respostas dadas ao questionário que efectuámos a esta equipa, verificámos que todos os seus elementos, na sua prática profissional, sempre estiveram relacionados com o acolhimento familiar. Mas, quando questionados sobre qual tem sido a actuação no âmbito do acolhimento familiar, os seus testemunhos evocam o que está previsto no Decreto-Lei n.º 11/2008<sup>18</sup>.

Na segunda questão, o que sugeriam para a melhoria do serviço, a resposta, reúne consenso quanto à necessidade de mais (e melhores) recursos humanos. É referida também a adequação da realidade das famílias de acolhimento, ao nível distrital, ao referido Decreto-Lei.

De acordo a legislação em vigor<sup>19</sup>, compete, em geral, às instituições de enquadramento promover a informação sobre o acolhimento familiar e a sensibilização da comunidade e das famílias para cooperarem na sua viabilização. A elaboração e execução de um plano de intervenção pela equipa técnica da instituição de enquadramento<sup>20</sup>, com a participação da criança ou jovem, dos pais, representante legal ou quem tem a guarda de facto e da família de acolhimento. Assegurar a execução de programas de formação ini-

---

<sup>18</sup> Este Decreto-Lei prevê nomeadamente promover a informação sobre o acolhimento; garantir a elaboração e execução do plano de intervenção, a sua supervisão e avaliação; assegurar a execução de programas de formação inicial e de formação contínua, para a aquisição e o reforço de competências das famílias de acolhimento.

<sup>19</sup> Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, art.º 11.º 1 a)

<sup>20</sup> Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, alínea d) do art.º 5.º

cial e de formação contínua, para a aquisição e o reforço de competências, das famílias de acolhimento. O cumprimento do conteúdo destas alíneas, pelo que podemos apurar, não se verifica.

As visitas domiciliárias e entrevistas feitas às famílias evidenciam a ausência de informação, sobre o que é ser família de acolhimento. A carência de acompanhamento técnico, que se tem verificado ao longo dos anos, e a inexistência de formação bloqueia a divulgação desta medida. Todos exprimiram estas necessidades. São, pois, comuns às três famílias. Para satisfazer as necessidades, prioritárias, das famílias de acolhimento, construímos um plano. Tendo em conta, o carácter cívico do acolhimento familiar, este plano pode ser aberto à comunidade local, nomeadamente através das Associações de Pais e Encarregados de Educação nas Escolas. Conhecer, compreender e intervir nas famílias de acolhimento é também um desafio aos trabalhadores sociais, assistentes sociais, sociólogos, psicólogos e outros educadores que, dentro e fora das instituições, podem contribuir para que cada criança exerça o seu direito a um “nível de vida digno [...]”. Se os pais não tiverem meios suficientes para despesas, o governo deve ajudar<sup>21</sup>.

A população participante neste trabalho é o grupo constituído pelas três famílias. Famílias que acolhem jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, e cujos pais de acolhimento pertencem ao grupo etário 45 a 63 anos.

A construção do plano parece-nos premente e, certamente, gerará mudança. Para que este seja exequível, é necessária a sensibilização de todos. A colaboração dos elementos da equipa técnica do Instituto da Segurança Social, Presidente da Junta de Freguesia, um técnico do Centro de Saúde, professores e alguns convidados em diversas áreas, parece-nos útil. Espera-se, com acções continuadas, o fortalecimento de redes pessoais e sociais.

Espaços fixos, cedidos pela Junta de Freguesia e Escolas, são necessários como também material diverso que permita pôr em prática as actividades, incluindo transportes.

Pensamos ser viável, através da motivação para a cooperação, a colaboração e continuação do proposto. A sua eficácia carece de intervenção faseada. Assim, propusemos inicialmente, e em conversas informais uma abordagem ao tema: a família e a sua importância no desenvolvimento da criança; o acolhimento familiar – princípios e objectivos; as

---

<sup>21</sup> UNICEF, Comité Português, Direitos da Criança, art.º 27.º. As despesas são de alimentação, educação e saúde.



vantagens do envolvimento efectivo de todos, entre outros temas relacionados com os jovens.

A finalidade deste projecto consiste em analisar a realidade social quanto à vivência quotidiana da família de acolhimento, de forma a prestar os cuidados adequados ao desenvolvimento integral da criança ou do jovem.

Tivemos a oportunidade de perceber parte do quotidiano destas famílias. E, constatámos ausência de envolvimento em qualquer tipo de acções formativas à sua condição de família de acolhimento, mas ainda assim motivados para as mesmas. É nesta perspectiva que elaborámos um plano de acção, a curto e médio prazo, extensivo a que todos sejam participantes activos naquilo que para além de uma acção é também e simultaneamente uma necessidade.

Pretendemos compreender a complexidade de uma família de acolhimento. Delineámos então objectivos gerais:

- Conhecer a medida de acolhimento familiar: famílias de acolhimento;
- Contribuir para aliar a teoria à prática;
- Elaborar um plano de intervenção para que a família se enquadre nos requisitos da lei vigente.

Para a operacionalização dos objectivos gerais, definimos cinco objectivos específicos:

- Divulgar a medida de acolhimento familiar às famílias de acolhimento.
- Preparar a família para o desempenho parental;
- Consciencializar os pais sobre a importância do meio familiar para o desenvolvimento da criança ou do jovem;
- Partilhar experiências entre famílias, como forma de integração social.
- Proceder a uma escuta activa, dar suporte, valorizar as capacidades e competências.

### **2.3. Metodologia adoptada**

Em termos gerais, o projecto visa contribuir para que a medida de acolhimento familiar, prevista na lei, seja efectiva e integradora, social e culturalmente. A articulação

institucional e a participação da população devem existir de forma a encontrar respostas para as situações de crianças ou jovens em risco.

Considerando a temática em causa, finalidade e objectivos, seguimos a metodologia da investigação-acção. De acordo com José Gómez, Orlando Freitas e Germán Callejas (2007: 140), é útil aplicar “uma metodologia que se desenvolva com a planificação, preparação, conhecimento e participação dos cidadãos em actividades educativas (animação, informação e formação) contextualizadas na realidade cultural e social que caracterizam essa comunidade”.

Para obter informação e efectuar a recolha de dados, a fim de estudar a realidade social das famílias e, tendo em conta os objectivos definidos, o estudo integrou várias técnicas e procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, no aprofundamento teórico do tema; entrevistas semi-estruturadas e focus group a um conjunto dos interlocutores; análise da legislação, dos relatórios anuais da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e do Instituto da Segurança Social; observação participante.

Respeitámos os princípios éticos próprios destas situações. E, por isso, a pesquisa teve início após avaliação de que o estudo seria aceitável eticamente, na medida em que não parecia susceptível de colocar em causa os direitos dos potenciais participantes ou a integridade física, mental e moral dos mesmos. Assegurou-se o consentimento informado para se tomar parte no estudo. Foi respeitada a liberdade daqueles que recusaram integrar a mesma. A confidencialidade e a protecção da identidade dos sujeitos também foram asseguradas.

Esta pesquisa, pelo método e técnicas utilizadas e pelas finalidades, que representam o estudo de uma dimensão da intervenção social, as famílias de acolhimento em Aveiro, as suas necessidades e a compreensão do seu quotidiano, integra-se nas metodologias de investigação qualitativa.

A pesquisa em educação social recorre a metodologias diversas, por ser vasto o seu campo de intervenção. As metodologias de investigação etnográfica, participativa e a investigação-acção, são as mais utilizadas nesta área do saber. Os sujeitos envolvidos na investigação tornam-se participantes e colaboradores no processo. A investigação transforma-se então, em acção prática e reflexiva.

A investigação-acção tem adquirido, ao longo dos últimos tempos, grande relevância. Ela tem contribuído, para a criação de um clima de revisão e transformação de questões da realidade educativa (Serrano, 1990). Isabel Guerra (2000: 52) especifica que “as

metodologias de investigação-acção permitem, em simultâneo, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda a formação de competências dos intervenientes”. Os resultados obtidos não são generalizados. O seu objectivo é resolver um problema para o qual não há solução baseada na teoria previamente estabelecida. Para Hermano Carmo e Manuela Ferreira (1998), é um processo continuado e não pontual, que influencia todo o percurso de uma investigação; implica que os grupos “objectos” do conhecimento se constituam como “sujeitos” do conhecimento. O seu ponto de partida não é uma teoria e um quadro de hipóteses, mas uma situação, um problema, uma prática real e concreta. O objectivo não é fundamentalmente o aumento do conhecimento sobre a realidade, mas a resolução de problemas e, por isso, interessa mais o processo de mudança social exigido pela investigação-acção do que o resultado desta. O investigador não é um mero observador, mas um participante dos sujeitos implicados na acção.

Para atingir os objectivos acima mencionados, e de acordo com a vontade e sugestões expressas pelo grupo, em conversas informais e pela entrevista, optámos pela elaboração de um plano de intenções. Neste contexto, surge uma proposta que inclui diferentes actividades, ao nível individual e colectivo, exequíveis e, ao mesmo tempo, novas e inovadoras para o grupo.

A concretização do plano contempla a participação das famílias de acolhimento em actividades que apelam à informação, formação e acompanhamento, de acordo com a sua realidade social. Pretendemos, assim, contribuir para que a medida de acolhimento familiar prevista na Lei, seja efectiva e integradora, social e culturalmente.

Ao nível individual, planeámos visitas domiciliárias e a elaboração de um calendário de visitas periódicas da equipa técnica, por ano lectivo. Sendo famílias de acolhimento e que acolhem jovens, é necessário um acompanhamento efectivo da equipa técnica, para que se estruture um projecto de vida. Segundo o relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2007, do Instituto da Segurança Social, I. P., a maioria (4951) das crianças e jovens em acolhimento, não tinha qualquer projecto de vida. Esta realidade foi constatada no nosso estudo. Ainda segundo o mesmo relatório, verifica-se, à semelhança do ano anterior, que as crianças e jovens que se encontravam em famílias de acolhimento que “com elas não tinham relação de parentesco, eram aquelas para as quais se registava uma maior percentagem de ausência de suporte (43% das crianças nesta resposta encontravam-se sem visitas ou contactos de pessoas significati-

vas), ainda que a Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, preconize a aplicação da medida de acolhimento familiar unicamente quando é previsível o retorno da criança à família de origem (art.º 41.º)". Justifica-se um calendário para visitas domiciliárias, a fim de estabelecer o compromisso necessário à audição e participação do jovem, mas também da família, na construção de um projecto de vida ao mesmo tempo que se valoriza em termos de "registo de identidade" com uma "importância fulcral para crianças que, por motivos diversos, vêm comprometida esta possibilidade ao serem afastadas das suas famílias" (Soares, 2005: 310).

A escolha do calendário por ano lectivo, pretende reflectir o acompanhamento e ajuda necessários ao desenvolvimento do jovem durante a sua actividade estudantil. Por outro lado, as interrupções das actividades educativas coincidem com datas festivas como o Natal, a Páscoa ou o Carnaval. Estes momentos são sempre vividos de forma diferente onde muitas vezes a necessidade não é tão evidente. Também entre Julho e Agosto, por ser período de férias escolares, e período de férias das famílias e dos técnicos, é mais difícil assegurar as visitas.

Ao nível colectivo, planeámos reuniões de informação visando a preparação das famílias ao acolhimento. Informar sobre a legislação aplicada aos jovens e quais os seus objectivos.

As crianças, segundo Natália Soares (2005: 308), consideram "a família como um núcleo onde vão resgatar marcas de identidade". Também, Allison James e Alan Prout (1997, *apud* Soares, 2005: 308), defendem que "a família representa o contexto social no qual as crianças descobrem as suas identidades enquanto crianças, enquanto indivíduos". Por outro lado, as famílias de acolhimento têm direito a receber, das instituições de enquadramento, a informação referente à medida e ainda relativa às "condições de saúde, educação e problemáticas da criança ou do jovem e família natural, na medida indispensável à aceitação informada do acolhimento familiar e à sua execução"<sup>22</sup>.

A promoção de encontros trimestrais, com o objectivo específico de partilhar experiências entre famílias, é uma forma de integração social. Sabemos que "as instituições não estão organizadas para apoiarem uma família, mas para áreas de problemas". Entendemos, por outro lado, que "o sistema de intervenção tem de desenvolver competências

---

<sup>22</sup> Decreto-Lei n.º 11/2008, art.º 20.º — Direitos das famílias de acolhimento, ponto 3, alínea a).

de colaboração entre si: como se articulam e trocam informações” (Sousa, et. al, 2007: 68).

Organizar mesas-redondas, com profissionais de diferentes áreas do saber, onde se abordem temas como a sexualidade na adolescência, a alimentação, a autonomia, a integração na vida activa ou os hábitos de vida saudáveis, concorre para a consciencialização das famílias sobre a importância do meio familiar para o desenvolvimento do jovem, mas também prepara e ajuda no desempenho da função parental.

É importante, diz Liliana Sousa (2007: 69), “reconhecer as competências perante um problema: encorajar conversações sobre os objectivos a atingir e as soluções possíveis, pois enquanto as pessoas se encontram nos problemas sentem-se incompetentes e incapazes”. É esta a atitude que pretendemos ter com as famílias.

O conhecimento é produzido em confronto directo com o real, tentando transformá-lo, e o saber social é produzido colectivamente pelos actores sociais desconstruindo o papel de “especialista” atribuído normalmente ao cientista social (Guerra, 2000). Somos assim comprometidos participantes e aprendizes num processo que leva mais à camara-dagem do que à indiferença.

A escuta activa das famílias é um comportamento estratégico utilizado, para o conhecimento das suas realidades.

As mesas-redondas, a realizar com profissionais da equipa técnica, contribuirão para esclarecer e ajudar as famílias no seu desempenho. Pensamos que a periodicidade de 30 dias consegue um apoio consistente nas dificuldades burocráticas que as famílias encontram: ao nível da escola ou na área da saúde e segurança social.

Os encontros trimestrais com profissionais a abordarem temas da sua área, sob proposta das famílias e em função das suas necessidades, como a sexualidade na adolescência, a alimentação os hábitos de vida saudável e a deficiência, entre outros, concorrem também para o sucesso da medida.

Com as medidas propostas, pretendemos reduzir as dificuldades concretas, e os problemas com que estas famílias, no seu dia-a-dia, se confrontam.

A elaboração do plano de actividades obedeceu a critérios, como a inclusão de todos os membros das famílias seleccionadas, e, as datas previstas serem concordantes com a disponibilidade de todo o grupo.

Efectuámos diversas visitas domiciliárias, a cada uma das famílias, entre o mês de Janeiro e Maio de 2009. A todos pudemos informar, de modo dirigido e personalizado, os

objectivos e características das actividades. Globalmente e sem preocupações formais, obtivemos consentimento e aprovação à realização de todas as actividades, agendadas para um ano lectivo. No entanto, o prazo previsto para a realização do nosso estudo determinou que o trabalho efectivo no terreno decorresse entre Janeiro e Maio de 2009.

## 2.4. A População em Estudo

### 2.4.1. A Família A

A família A é composta por marido e mulher, casados há catorze anos, uma filha biológica e duas em acolhimento. O pai tem 46 anos de idade, é engenheiro electrotécnico e desempenha funções de direcção. A mãe tem 47 anos de idade, o ensino secundário incompleto e exerce funções administrativas. A filha biológica tem 9 anos de idade. As jovens em acolhimento têm 15 e 18 anos. Frequentam o ensino básico e ensino especial, respectivamente. Esta família é de acolhimento destas crianças há quinze anos. Vivem em casa própria do tipo moradia.

QUADRO N.º 1. DADOS DEMOGRÁFICOS DA FAMÍLIA A

Família A			
	Idade	Habilitações literárias/profissionais	Profissão
♂	46	Curso Tecnológico	Director
♀	47	Ensino Secundário incompleto	Administrativa
♀	9	Ensino Básico	Estudante
♀	15	Ensino Básico	Estudante
♀	18	Ensino Especial	Estudante

Fonte: Cf. Anexo 3

A casa, situada num dos limites da freguesia de Esgueira, está numa zona habitacional. Tem dois pisos, contando com a cave. O interior parece modesto no arranjo e decoração, com predominância de cor escura. A mobília era de madeira trabalhada e de castanho muito escuro. Os sofás, também castanhos-escuros, tornavam-se pouco confortá-

veis pela sua dureza. O exterior é de terra sem cultivo ou jardim, murado em toda a sua extensão.

O casal decidiu enveredar num processo de adopção por dificuldade da mulher em engravidar e desejarem vivamente ser pais. O processo de adopção não se concretizou porque, à data, viviam em união de facto, e o matrimónio era um dos requisitos. Casaram no ano de 1994 e, pouco tempo depois, o casal foi contactado para acolher uma criança. Desde então, foram família de acolhimento das mesmas crianças, a primeira em Maio e a segunda no mês de Outubro de 1994. Entretanto, a filha biológica nasce em 1999 sem planeamento. A função parental é desenvolvida, baseada no saber empírico adquirido com o tempo. A formação e informação sobre o acolhimento familiar nunca lhes foram proporcionadas. Dedicam-se, conforme afirmaram, bastante às *meninas*, nomeadamente à mais velha, por esta ter défice de desenvolvimento cognitivo. Acompanham de perto as respectivas actividades lectivas. As actividades de vida diária são partilhadas por todo o agregado. Segundo refere o casal, as filhas, como as denomina, têm comportamento adequado às respectivas idades e estado de saúde. Têm sucesso escolar. Referem que todas têm apetência para a música. Tocam flauta e guitarra. Sabem que estão em acolhimento, mas tratam o casal de acolhimento, por mãe e pai. Desconhecem os pais biológicos.

Este casal abandonou a ideia de adopção. Lamentam que o Instituto da Segurança Social de Aveiro, durante estes anos, não tenha efectuado nenhuma visita domiciliária. Os contactos são feitos telefonicamente. Na prática, o apoio prestado por este organismo, resume-se a marcação de consultas médicas de acompanhamento e colocação da primeira menina do acolhimento, em escola de ensino especial. Receiam pelo futuro desta filha, por não ser autónoma. Tencionam manter o acolhimento familiar da outra filha até à sua maioridade. Entendem que dificilmente voltarão a ser família de acolhimento. Criaram laços afectivos fortes e falam das *filhas* como suas — “sabemos que não são nossas, mas é como se fossem. Para onde iriam agora? Nem eu as deixaria!”. A mais velha é órfã. Quando foi acolhida nesta família, já tinha passado por outras e pela sua limitação cognitiva, restar-lhe-ia uma instituição. A irmã de acolhimento não tem memória do pai nem da mãe. Foi acolhida com um ano de idade.

O casal expressou que para além da retribuição que recebe, que “não chega para fazer face às despesas de educação, saúde, alimentação e outras”, necessitaria de mais apoio nomeadamente psicossocial, que se traduziria em conversas informais no âmbito

da deficiência, no sentido de uma melhor compreensão e acompanhamento. Mesmo assim, às meninas “não lhes falta nada”.

#### **2.4.2. A Família B**

A família B é composta por marido e mulher casados há vinte e seis anos, duas filhas biológicas e um jovem em acolhimento. O pai tem 45 anos de idade, é empregado fabril e tem o 6.º ano de escolaridade. A mãe tem 49 anos de idade, o 9.º ano de escolaridade e é doméstica. As filhas têm 25 e 21 anos de idade. Frequentam respectivamente o ensino secundário em regime nocturno e o ensino superior público. A filha mais velha é trabalhadora-estudante, e a irmã é só estudante. O jovem em acolhimento tem 16 anos de idade e frequenta o ensino básico. A família acolhe-o há catorze anos.

QUADRO N.º 2. DADOS DEMOGRÁFICOS DA FAMÍLIA B

Família B			
	Idade	Habilitações literárias/profissionais	Profissão
♂	45	Ensino Básico	Empregado fabril
♀	49	Ensino Básico	Doméstica
♀	25	Ensino Secundário	Empregada de Balcão
♀	21	Ensino Superior	Estudante
♂	16	Ensino Básico	Estudante

Fonte: Cf. Anexo 3

Vivem em moradia própria na freguesia e também cidade da Gafanha da Nazaré. A casa, pintada em cor-de-rosa, está rodeada por gradeamento branco. O interior é cómodo, espaçoso e muito asseado, evidenciando alguma modéstia. A sala é espaçosa. Dum lado tem a mobília de jantar de cor castanha escura e madeira trabalhada. Do outro, tem um conjunto de sofás de couro da cor do mel que mais pareciam novos, de tão pouco uso.

A casa tem um pequeno jardim na frente, e dois grandes vasos de flores à entrada. Atrás fica o quintal.



Esta mãe de acolhimento acumula esse serviço, com a guarda temporária, por períodos no dia, de algumas crianças da freguesia. Acolhe o jovem desde o primeiro ano de vida, que lhe havia sido entregue pela mãe biológica. Nos primeiros anos, a criança recebeu a visita esporádica da mãe. Mas, há quatro anos, a esta parte, não mais voltou. Nos primeiros anos de escolaridade, e por dificultarem as autorizações de saídas para visitas de estudo, a mãe de acolhimento solicitou a simplificação da burocracia. O Tribunal de Menores deu parecer favorável ao acolhimento, que se mantém até agora.

A relação entre os elementos da família, actualmente, é equilibrada. No entanto, atravessou períodos conturbados, caracterizados pela revolta do jovem impedido de viver com a sua família biológica. Foi abandonado pela mãe e pelo pai, segundo o testemunho da família de acolhimento e do próprio jovem. O pai, abastado, constituiu outra família, e só o viu uma vez. De acordo com a mãe afectiva, os períodos de instabilidade eram causados por furtos que o jovem efectuava em casa. O jovem ameaçava suicidar-se com uma faca, libertando-se assim das proibições e castigos consequentes dos seus actos. Refere sentir-se incompreendido neste meio familiar. Várias vezes, a presença do encarregado de educação foi solicitada à escola, tendo sido pedido apoio psicológico. Este apoio foi prestado algumas vezes, de acordo com o calendário escolar e horário da psicóloga ao serviço do estabelecimento de ensino. A mãe, rigorosa no controlo das suas entradas e saídas, em casa e na escola, condiciona os seus contactos sociais. Convive com colegas, em horário restrito, previamente estipulado. Apesar da sua condição, fala de projectos para o seu futuro. Está no 9.º ano e as informações escolares são positivas. O objectivo da família que o acolhe é proporcionar-lhe o acesso ao ensino superior.

Este casal não pretende acolher, no futuro, outras crianças. Os laços que se estabelecem e o sentimento de “pertença” são, na sua opinião, difíceis de imaginar perder.

Segundo esta mãe, “o que falta mesmo no acolhimento familiar é apoio psicológico para as crianças e também para a família, pois não sabemos muitas vezes o que dizer ou fazer...”. Mas é também, afirmaram, necessário a formação “ensinarem-nos a fazer certas coisas antes de recebermos as crianças” é muito importante e não nos é proporcionado. Pelos laços afectivos criados, aceitam a permanência deste jovem. Fazendo sentir que, em diversas ocasiões, sentem vontade de rescindir o contrato.

### 2.4.3. A Família C

A família C é composta por marido e mulher casados há trinta e nove anos e um jovem em acolhimento. Não têm filhos biológicos. O pai tem 63 anos de idade, é vigilante numa empresa. A mãe também tem 63 anos de idade, e é doméstica. Têm ambos a 4.ª classe, o equivalente ao 1.º ciclo do ensino básico. O jovem em acolhimento tem 14 de idade e frequenta o ensino básico. São família de acolhimento há treze anos.

QUADRO N.º 3. DADOS DEMOGRÁFICOS DA FAMÍLIA C

Família C			
	Idade	Habilitações literárias/profissionais	Profissão
♂	63	Ensino Básico	Vigilante
♀	63	Ensino Básico	Doméstica
♂	14	Ensino Básico	Estudante

Fonte: Cf. Anexo 3

Nos primeiros dez anos, acolheram duas crianças. Uma delas, ao atingir a maioridade, autonomizou-se. Actualmente acolhem apenas o jovem. Vivem em moradia própria na freguesia da Gafanha da Encarnação. A casa situa-se numa pequena rua entre terras de cultivo. Existem, no entanto, e de recente construção, na mesma rua, algumas vivendas. Tem dois pisos cujas paredes exteriores estão em reboco, sem revestimento de tinta ou outro. Na entrada, tem um grande espaço de jardim com algumas flores. O interior é espaçoso. Na decoração predomina a cor escura e a casa parece fria. Na sala, virado para a janela com vista para a rua, estava um sofá em tecido de ramagens verde-escuro. Nas suas costas, estavam uma mesa e quatro cadeiras de madeira, de cor castanha. Encostado à parede podia-se ver um móvel, com portas de vidro em cima que guardava alguns copos e louça. Este casal foi emigrante na Alemanha durante alguns anos, no início da sua vida conjugal.

A mãe de acolhimento foi mãe biológica de duas crianças. Estas, por serem portadoras de doença grave, faleceram no segundo ano de vida. Este facto, conhecido na freguesia, motivou o pedido a esta família que acolhesse primeiro uma menina que fora abandonada e pouco tempo depois, acolheu um menino. Este menino, filho de mãe toxi-

codependente, oriunda do Norte, ficou aos cuidados desta família desde os três meses de vida, pois após a entrega da criança regressou às suas origens. Visitou-o duas vezes ao longo destes anos está em paradeiro incerto.

A relação entre os membros desta família parece rígida. Pauta-se por regras, e o afecto dissipa-se. A mãe parece muito interessada no desempenho escolar e é ela que acompanha o filho. Mostram-se desapontados com a instituição supervisora ao acolhimento, por sentir que “falta tudo no acolhimento e ao fim de tantos anos, nem uma visita de um assistente social...”. Mantém o acolhimento, porque “se ele tiver juízo vai herdar tudo, senão, não damos nada...”. Este casal não pode, até pela idade, voltar a ser família de acolhimento.

## **2.5. Desenvolvimento**

A literatura da temática acolhimento familiar consultada foi-nos mostrando os aspectos convergentes *versus* divergentes, da problemática em questão. Iniciámos o trabalho em Outubro de 2008, com os primeiros contactos na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro. Concomitantemente, contactámos a responsável pelo Acolhimento Familiar do Distrito. Expusemos, sucintamente, o que pretendíamos e os benefícios práticos da nossa intervenção. A ideia foi bem acolhida. Procedemos à recolha de material, bibliográfico e informativo, para além de entrevistas com carácter informal junto de informantes privilegiados. Paralelamente, desenvolvemos o processo burocrático junto da Universidade de Aveiro e das instituições referidas a fim de obter as autorizações necessárias à concretização do trabalho.

Em função dos dados recolhidos, elaborámos um cronograma<sup>23</sup> e guiões das entrevistas semi-estruturadas<sup>24</sup>, para complemento de informações junto das responsáveis dos organismos referenciados e das famílias de acolhimento. Recolhemos informação na análise de documentos, nas visitas domiciliárias às famílias e na progressiva integração na equipa do acolhimento familiar. Tivemos a oportunidade de participar em reuniões periódicas da equipa multidisciplinar, onde se debate a problemática de alguma casuística de jovens em acolhimento.

---

<sup>23</sup> Cf. Anexo 4

<sup>24</sup> Cf. Anexos 5 e 6

A oportunidade de perceber não só o quotidiano da família, mas também intervir em prol da medida de acolhimento familiar prevista na Lei, para que a mesma seja efectiva e integradora, social e culturalmente, implicou um processo de observação sistemática.

O início do trabalho no campo foi formalizado através de protocolos de colaboração entre as partes envolvidas<sup>25</sup>, onde se indicava a natureza do estudo, bem como o compromisso bilateral.

O trabalho de campo foi acautelado e informado de algumas preocupações éticas necessárias ao estudo em causa. Iniciámos um trabalho directo com algumas famílias de acolhimento. Os caminhos a seguir neste estudo impunham o conhecimento e contacto directo com as famílias que constituíam o nosso grupo, o que nos aliciava, pois a educação social abrange as práticas, mas também “muitos outros elementos de um mesmo conjunto: políticas sociais dirigidas a uma parte da população”, entre outros (Capul e Lemay, 2005: 13). Ainda segundo os mesmos autores, a educação dita como ‘social’ dirige-se “à partida a fracções da população consideradas ‘especiais’, num dado momento”. Pensamos que as famílias de acolhimento são um grupo especial da população e na sociedade.

Procurámos descrever o que as famílias sentem e pensam relativamente à medida do acolhimento familiar, *família de acolhimento*, e perspectiva futura, baseado no período das entrevistas e visitas domiciliárias.

O anonimato dos intervenientes no estudo foi preservado por princípios éticos e deontológicos. Identificámos cada família, por A, B e C. Os seus membros são referidos como marido, mulher, irmã e *jovem*. Os participantes, se lerem o estudo poderão reconhecer-se nas suas palavras e nas suas vidas, as quais julgamos ter tratado com rectidão e objectividade, na descrição, no comentário e nas conclusões.

Apesar dos primeiros contactos junto dos organismos responsáveis terem início em Outubro de 2008, as famílias foram *disponibilizadas* para o estudo em Janeiro de 2009.

As famílias de acolhimento, com as quais trabalhámos, foram previamente seleccionadas pela responsável do Instituto de Segurança Social de Aveiro, designada como

---

<sup>25</sup> Cf. Anexos 7 e 8

interlocutora distrital para o acolhimento familiar. O critério seguido pela instituição foi a localização geográfica, disponibilidade para colaborar no estudo e reunião de um maior número de requisitos e condições de acolhimento, exigidos legalmente. Apesar de estar em vigor a nova lei do acolhimento, não está a ser aplicada. As famílias de acolhimento, à data deste trabalho, estão todas e ainda ao abrigo do Decreto-Lei n.º 190/92 de 3 de Setembro. O grupo seleccionado é família de acolhimento há 15 anos, não têm qualquer relação de parentesco com os jovens, e têm contrato celebrado com a Segurança Social. As famílias de acolhimento recebem uma retribuição mensal pelos serviços prestados, por cada jovem e um subsídio para a manutenção, também por cada jovem. Os valores destas prestações são fixados por despacho ministerial e estão sujeitos a actualização anual (artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 11/2008). Durante o período de acolhimento familiar, são ainda pagas às famílias de acolhimento as prestações de abono de família para crianças e jovens, a que acresce a bonificação por deficiência; subsídio por assistência a terceira pessoa e subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial (artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 11/2008). Em 2008, esses valores situavam-se, em 172,41€, por cada criança ou jovem, relativamente à retribuição do serviço de acolhimento. No caso de crianças ou jovens com necessidades especiais relacionadas com situações de deficiência, esta retribuição mensal é de 344,82€. O subsídio de manutenção é de 149,51€ por cada criança ou jovem.

Ao longo do estudo, mantivemos contactos presenciais na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, e no Instituto de Segurança Social. Por razões alheias à nossa vontade, foi difícil constituir o nosso grupo de famílias. Pela insistência e persistência da nossa parte, conseguimos constituir o pequeno grupo de estudo em Janeiro de 2009.

Das reuniões, até então realizadas, com a responsável do acolhimento familiar, acordou-se fazer a primeira visita domiciliária, a cada uma das famílias, conjuntamente com a equipa técnica que tem a responsabilidade do acompanhamento. De facto, isso não se verificou, e o responsável do acolhimento declinou na investigadora, a visita às famílias. A autorização para o fazer, e a informação das moradas e telefones, foi-nos dada por e-mail. Após o contacto telefónico efectuado previamente, em catorze de Janeiro de 2009, efectuámos a nossa primeira visita domiciliária à *família A*. Seguiram-se as *famílias*

B e C, mas todas em dias diferentes. Efectuámos várias visitas, em diferentes dias e horas da semana, de forma a estabelecer uma relação empática com as famílias, para podermos construir relação de confiança, o que facilitou a identificação de necessidades.

Em função do diagnóstico, elaborámos um plano de intervenção<sup>26</sup> às respectivas famílias, ao nível individual e colectivo.

No plano individual, e a cada família, propusemos um calendário de visitas periódicas da equipa técnica, com o objectivo específico de as ajudar na educação e formação dos filhos. Escutar a família para a perceber é uma intervenção conduzida exteriormente que, segundo Adelina Gimeno (2003: 292), a partir da “própria reflexão sobre a sua história, e através da própria elaboração de projectos e da sua acção, o sujeito é capaz de fazer incidir e fazer melhorar as suas relações familiares e pessoais”. Não obstante, este processo deve também “servir-se da experiência alheia e, sobretudo, da experiência especializada, a partir de leituras e programas de intervenção orientados para melhorar, prevenir e superar as dificuldades que advêm da convivência familiar”.

Na intervenção ao nível colectivo, simultaneamente às três famílias, queremos facultar a informação necessária, com objectivo específico de preparar o desempenho da função *parental* e consciencializar os *pais* sobre a importância do meio familiar no desenvolvimento da criança e do jovem. Os Estados Partes<sup>27</sup> diligenciam de forma a assegurar o reconhecimento do princípio segundo o qual ambos os pais têm uma responsabilidade comum na educação e no desenvolvimento da criança. A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primacialmente aos pais e, conforme as situações, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental<sup>28</sup>. Planeámos então as actividades que descrevemos anteriormente.

Segundo Liliana Sousa et al (2007: 67), o “interventor é um catalisador de mudança”, isto é, na relação que cria traz consigo a sua especialidade que não é melhor que a das famílias a quem se dirige a sua intervenção. Por outro lado, as famílias são especializadas na sua vivência. Para além de parceiros privilegiados, são também e simultaneamente sujeitos e actores.

---

<sup>26</sup> Anexo n.º 9

<sup>27</sup> Designação dos Estados que ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança

<sup>28</sup> Artigo 18.º, ponto 1, da Convenção sobre os Direitos da Criança

As visitas domiciliárias permitiram ampliar o nosso conhecimento relativamente às famílias, e facilitaram as entrevistas realizadas. Para as entrevistas realizadas, obtivemos consentimento e agendámo-las pessoalmente. As entrevistas decorreram no mês de Janeiro nos domicílios das respectivas famílias de acolhimento. Estas tinham como objectivo saber quais as necessidades e perceber dificuldades quotidianas das famílias. Foram antecedidas de uma prévia explicação dos objectivos do estudo e também do seu papel enquanto participantes, bem como das precauções adoptadas para preservar a confidencialidade das respostas. Por opção das famílias B e C, a entrevista realizou-se com a presença do casal, e dos jovens em acolhimento. Na entrevista da família A, por razões de agenda, só esteve presente o casal. As informações foram dadas, quase na sua totalidade, pelo elemento responsável do acolhimento e também o que mais tempo lhe dedica: a mulher. A partir das questões, o diálogo evoluiu de uma forma espontânea, não se cingiram por isso ao formato inicial, o que é característico nas entrevistas semi-estruturadas. Foram-nos confidenciando algumas *histórias de vida*. As visitas domiciliárias proporcionaram a participação e partilha de alguns *momentos de vida familiar*.

Ao longo do tempo, estabelecemos e desenvolvemos uma relação de confiança que foi determinante para o envolvimento e compromisso das famílias neste processo de intervenção. Fomentámos esta relação com a partilha de vários períodos ao longo do dia dos fins-de-semana. Estabelecemos e desenvolvemos desta forma interacções, que se mantiveram, podendo caracterizá-las pela escuta de sentimentos, confiança, simpatia, parceria, suporte e também dedicação. Foi nossa intenção, que as famílias nos sentissem como uma amiga e não apenas como uma técnica. As famílias envolvidas com serviços de protecção social, “privilegiam e respondem mais favoravelmente a profissionais cuja disponibilidade não está limitada no tempo ou espaço”. Isto é, ter “horários flexíveis e se encontram com as famílias noutros locais, que não somente o gabinete tradicional” (Souza et al, 2007: 74). Por isso, para além das várias visitas domiciliárias, em horário pós laboral, também efectuámos contactos telefónicos no suporte a situações pontuais de vivência das famílias.

As visitas domiciliárias, quinzenais, foram efectuadas e articuladas com as três famílias e de acordo com a disponibilidade de todos. Deslocávamo-nos entre as três freguesias

e os dois concelhos, que distam entre si alguns quilómetros, aproximadamente quatro quilómetros entre as duas Gafanhas, e onze entre Esgueira e a Gafanha da Encarnação. Da Gafanha da Nazaré até à Freguesia de Esgueira, distam cerca de oito quilómetros.

Neste acompanhamento, a escuta tinha como principal objectivo o suporte e a valorização das capacidades e competências dos elementos das famílias. Foi numa escuta que partilhámos o testemunho do jovem da família B. A confiança foi-nos feita, na entrada da casa, quando nos acompanhava à saída e depois de se assegurar que estava a sós connosco. O relato, impressionante, de momentos vividos nesta família contraria um pouco a ideia dada pelos restantes membros. É a ele que estão impostas algumas regras, rígidas, e responsabilidades da vida diária como seja o tratar dos animais domésticos (porco da índia; galinhas e cão); lavar a louça e ajudar na actividade que a mãe desenvolve, a guarda de crianças. Nunca saiu com os amigos da escola, para além das visitas de estudo, nem foi ao cinema. Também não há lugar a férias fora de casa. Gosta de tocar guitarra e até tem uma, mas o quarto da irmã mais velha é por baixo do seu, e como ela trabalha não pode tocar à noite. A mãe não o deixa levar roupa nova para a escola, pois assim “estraga-se”. Só ao Domingo, para ir à missa, pode usar as roupas melhores — estas foram oferecidas e ajustadas ao seu magro corpo. Os sapatos que usava, no momento, já tinham três anos, e era visível o aperto dos dedos dos pés na frente dos sapatos. Os novos são muito caros e, por isso, só tem os que já alguém usou, mas ainda estão “como novos”. Confessou-nos, aliás, que nunca foi comprar roupa nova para si. O prazer de “escolher ou o gosto não são tidos em conta”. Sabe, segredou-nos o jovem “a minha mãe educa da mesma forma que educou a filha mais velha... é uma mentalidade um pouco antiquada...”. Diz-nos, que a rigidez da vida que tem é o melhor para si, até à maioridade. Vive um dilema entre ter e não ter. Sentimos neste jovem uma vontade enorme de ter alguém a quem confidencie as suas angústias e dificuldades; alguém com quem partilhe uma condição, a de acolhido, que pensava ser única e a qual conseguimos desvanecer. Sentir-se um entre muitos, foi surpreendente e positivo. Aceitou, com uma visível satisfação, a participação no lanche que se avizinhava.

Organizámos um lanche partilhado, entre as famílias de acolhimento, que teve lugar no dia 17 do mês de Maio. Esta actividade foi planeada conjuntamente com as famílias e por sugestão das mesmas. As famílias queriam conhecer outras famílias em circunstâncias idênticas, famílias de acolhimento.



O objectivo específico era a partilha de experiência sobre a vivência do acolhimento. Por isso, a ideia de um encontro, em espaço público onde todos se sentissem num clima de descontração, foi unanimemente bem acolhida. O jardim Oudinout, na freguesia da Gafanha da Nazaré, foi o local escolhido. Visitámos o local a fim de nos certificarmos de que reunia as condições necessárias ao evento. Este foi agendado para as 16 horas da referida data. Antecipadamente, à hora marcada, reservámos uma mesa espaçosa para todos os elementos do grupo. À hora marcada, começaram a chegar as famílias sendo a primeira, a C, curiosamente o casal mais idoso. Recebemo-los e servimo-lhes de guia, na visita ao parque, pois não o conheciam, enquanto aguardávamos a chegada da família B. A família A, por questões de saúde, não compareceu, tendo, contudo, informado da sua ausência à hora do encontro. Cumpridas as formalidades, apresentações e cumprimentos, seguiu-se uma apresentação individual de todos os elementos — quem é quem. Sugeriu-se um passeio em conjunto por todo o jardim, ao mesmo tempo que se trocavam vivências e experiências de vida, relativas à temática em questão. Seguiu-se a degustação de iguarias e bebidas hidratantes, contributo de todos. No decurso do lanche, incentivámos o diálogo e moderámos a mesa. Aí pudemos constatar das dificuldades com que as famílias se deparam. E também, das acções e atitudes adoptadas que, muitas vezes, tomam enquanto educadores, resultantes de comportamentos por vezes inerentes ao desenvolvimento, dos jovens, e outras vezes talvez exacerbados. Os resultados escolares dos jovens e alguns problemas de saúde foram igualmente abordados. Os jovens presentes foram menos interventores, confirmando com pequenos gestos afirmativos as versões contadas. Verificámos uma maior apetência dos jovens no desfrute do parque e das iguarias. Pelo avançado da hora, procedemos às formalidades do final da actividade. Espontaneamente, trocaram endereços entre si e com a promessa de novos encontros. Encerrámos a actividade com um questionário<sup>29</sup>.

Aplicámos, aos pais, um pequeno questionário de avaliação composto de quatro questões fechadas relativamente à satisfação da actividade e três abertas sobre a qualidade da mesma. Relativamente às questões fechadas, as respostas foram unânimes no gosto pela iniciativa e a repetição da mesma, bem como o proporcionar a partilha de experiências entre famílias. Quanto à importância do encontro, verificou-se que, para dois elementos, foi muito importante, enquanto que para os outros dois se verificou ser

---

<sup>29</sup> Anexo n.º 10

importante. Quanto às questões abertas, verificámos que o convívio, partilha de problemas e alegrias, confraternização e troca de ideias, foi o que mais valorizaram. E nas sugestões destaca-se o aprofundamento de ideias sobre as famílias de acolhimento, e o encontro alargado a mais famílias de acolhimento, no mesmo local.

Posteriormente, efectuámos visitas domiciliárias nas quais agendámos um novo encontro, com as três famílias. Esta não se efectivou por um dos elementos ter sido hospitalizado. Nestas visitas ainda se abordou o quanto foi proveitosa a troca de ideias de pensamentos e acções que ao longo dos anos se mantiveram em cada um. Nos jovens, a relevância é a de não se sentirem únicos, na sua condição de acolhidos.

## **2.6. Calendarização**

O planeamento do nosso projecto teve início em Outubro de 2008, conforme cronograma em anexo<sup>30</sup>. As fases de diagnóstico e planificação duraram um período de quatro meses. Durante as mesmas, realizaram-se visitas domiciliárias periódicas às famílias de acolhimento e reuniões no Instituto da Segurança Social e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro e ainda reunião com o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha Encarnação, para estudar o ambiente, as actividades e realizar entrevistas. Apresentado e aceite o projecto pelos responsáveis do Instituto da Segurança Social, a sua realização foi prevista para um prazo aproximado de cinco meses.

## **2.7. Recursos**

A realização e desenvolvimento do projecto mobilizam recursos humanos, materiais e financeiros.

### **2.7.1. Recursos Humanos**

As três famílias constituem um grupo de quinze pessoas. Deste, exceptuam-se duas, embora pertencendo ao agregado familiar, ausentam-se frequentemente. Há, então, treze elementos dos diferentes agregados familiares e um investigador. Para o plano deli-

---

<sup>30</sup> Anexo n.º 4

neado, é necessária a colaboração, além destas, da equipa técnica do acolhimento familiar do Instituto da Segurança Social, equipa da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e, pontualmente, palestrantes de diferentes áreas do saber.

### **2.7.2. Recursos Materiais**

Espaços físicos, como salas equipadas para reuniões ou encontros, no Instituto da Segurança Social em Aveiro, e/ou nas diversas Juntas de Freguesia, e/ou nos Centros de Saúde e/ou nas Escolas.

Material audiovisual como computador, projector ou filmes. O material audiovisual espera-se poder adquirir gratuitamente.

Veículos de passageiros da Segurança Social e/ou de organismos locais.

### **2.7.3. Recursos Financeiros**

O Instituto da Segurança Social proverá os meios económicos procedentes dos subsídios recebidos.

## **2.8. Avaliação final**

O elevado número de crianças e jovens em situação de acolhimento, na sociedade portuguesa, constitui um dos grandes desafios com que se defrontam as instâncias políticas e sociais que detêm a incumbência de encontrar soluções. O Estado e a sociedade no seu conjunto devem encontrar metodologias mais adequadas para se assegurarem respostas partilhadas. Respostas mais qualificadas que contemplem projectos de vida consistentes, aptos a colocarem a criança ou o jovem no centro das nossas atenções. Encarando sempre que o seu acolhimento é desejavelmente provisório. As respostas sociais nem sempre têm em conta as dimensões em que se decompõe a problemática social das famílias. E os resultados afastam-se, muitas vezes, dos objectivos inicialmente propostos.

O percurso deste trabalho partiu do número total de crianças acolhidas, em Portugal, o que nos levou a reflectir e questionar quantas destas crianças estariam numa família. Enveredámos então pelo acolhimento familiar e a medida *família de acolhimento*. Para compreender a complexidade de uma família de acolhimento, delineámos os objec-

tivos. E, neste contexto, construímos um plano, cuja intervenção se situa a dois níveis: individual e colectivo.

Proporcionar às famílias experiências de vida colectivas e individuais que as enriqueçam e lhes permitam sentirem-se apoiadas e acompanhadas, permite-lhes maior segurança e melhoria no seu desempenho parental. As experiências proporcionadas foram um intento do qual resultou, sem dúvida, momentos novos e inovadores e, certamente, inesquecíveis.

Das actividades planeadas nem todas se realizaram. A não realização deve-se à escassez de recursos humanos e de disponibilidade dos responsáveis do Instituto de Segurança Social, enquanto instituição responsável pelas famílias, versus o limite do tempo de conclusão do trabalho académico. Se por um lado não houve obstáculos da instituição à concretização, que antecipadamente aceitou, por outro lado, também nem sempre soubemos medir e calcular as capacidades e/ou limitações da instituição, nomeadamente a carência de recursos humanos. Concorrem também a falta de tempo para a execução do projecto numa população onde o tempo não pode ser cronometrado, onde o tempo não tem tempo, na construção da confiança das famílias, e na sua escuta activa. A distância entre freguesias, e o facto de sermos trabalhador-estudante, constituiu-se num constrangimento. Apesar disso, a continuidade e desenvolvimento do projecto ficou, à partida, assegurada pelas famílias mas condicionado pelo Instituto da Segurança Social. A população participante envolveu-se e manifestou vontade em voltar a organizar encontros entre famílias e a intenção de os alargar a mais famílias. Uma das Juntas de Freguesia à qual recorremos, em reunião com o seu presidente, mostrou-se muito interessada na parceria entre Famílias, Junta e Escola.

Da caminhada percorrida, pensamos que há ainda muito a fazer no âmbito do acolhimento. A Lei é abrangente e, se aplicada, poderia ser uma boa medida. Todavia não está a ser integralmente aplicada, o que em termos práticos, é como se não existisse. A aplicação de uma medida prevista num diploma legal, confiar uma criança ou jovem a uma família, habilitada para o efeito, não é um acto neutro nem uma simples operação técnica. A previsibilidade do regresso à família natural, que no nosso grupo não é viável, constitui, por isso, um trabalho de preparação dos jovens para a autonomia de vida. No entanto, a realidade contraria esta afirmação. Ao analisarmos todo o processo da colocação e acompanhamento destes jovens, verificámos que não têm ajuda técnica para a concretização dos seus projectos de vida. Idealizam um futuro, mas este não é acalentado

pelos pais de acolhimento. Especificamente, referimo-nos ao jovem que vive em acolhimento na família B. Constatámos a falta de acompanhamento e avaliação periódica da equipa técnica. Esta deve considerar, entre outras, a satisfação das necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, afecto e conforto do jovem (art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2008). Um trabalho de equipa sistemático e em parceria com os organismos existentes na comunidade, e que fazem parte da sociedade onde se integram e desenvolvem os jovens, que por diversos motivos são alvo de protecção, é necessário.

O trabalho de campo da instituição de enquadramento reveste-se de grande fragilidade. A articulação entre a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro e o Instituto da Segurança Social fica aquém das expectativas e do necessário. Funcionam, tanto quanto se pode apurar, de forma desarticulada o que se reflecte na qualidade do serviço prestado. Reconhecemos, no entanto, o apoio dispensado dos elementos das equipas, que globalmente contribuíram para a concretização da nossa intervenção.

O trabalho partilhado com a população onde se intervém pode fazer a ponte entre as necessidades que hoje existem, e as formas de as colmatar. As respostas sociais devem ser cada vez mais eficazes. Por isso, o trabalho dos Educadores Sociais torna-se fundamental, na percepção dos diversos factores que podem levar a formas de risco e/ou exclusão. A intervenção, e a sua eficácia dependem do contexto relacional de todos os envolvidos: sistemas formais, informais e famílias.

A nossa vivência da intervenção feita, deixa-nos o sentimento de que se não houver uma continuidade para que as famílias participem e se insiram na sociedade, o que requer uma atenção sistemática e uma vontade por parte dos responsáveis, as famílias deparar-se-ão com *rotinas* susceptíveis de questionar se não será esta também uma forma de abandono?

A educação social é um direito de todos os cidadãos, independentemente da etapa da vida em que se encontrem e da sua situação de vulnerabilidade social. Os sistemas humanos são autónomos, por isso têm competências para a mudança e constroem as suas soluções.

As aprendizagens adquiridas, no decorrer da pesquisa, constituíram, sem dúvida, um enriquecimento do nosso processo educativo, social, moral, ético e humano, uma vez a vida fazer sentido numa relação solidária com os outros exigindo de cada um, ser sujeito de direitos e também de deveres; ser cidadão e exercer a cidadania.

### **3. REFLEXÕES OBRIGATÓRIAS**

Este trabalho teve como ponto de partida a reflexão sobre o número de crianças em acolhimento, em Portugal, e o de quantas estariam acolhidas numa família. O conteúdo teórico apresentado evidencia a importância da família no desenvolvimento integral da criança e do jovem. Dá à criança apego seguro, capaz de proporcionar, além dos cuidados básicos e afectos, estabilidade. Mas, também, permite vínculos plurais no tempo com outros membros da família e fora dela. Actualmente, para além da diversidade de configurações familiares, surgem, no mesmo espaço e tempo, diferentes formas de família. As transformações ocorridas na família têm de ser enquadradas na mudança que a sociedade conheceu em todos os seus planos, económico, social e científico-tecnológico, quer ao nível das representações sociais, quer das práticas e interações sociais.

Paralelamente à desestruturação do modo de funcionamento das sociedades tradicionais, a crise económica e o desemprego colocaram muitas famílias em situação de exclusão social. Isto repercutiu-se nos projectos parentais para os filhos. A família de acolhimento surge como família substituta e temporária acabando, nalguns casos, por ser permanente.

As mudanças e transformações da família, num mundo cada vez mais global, exigem também, para além das actualizações legislativas, mudança de atitudes e comportamentos, num sistema idealizado longe da realidade. É essencial conhecê-la, pois só assim construiremos mecanismos capazes dum apoio efectivo e não utópico. O incumprimento da medida *família de acolhimento*, legislada e em vigor, transforma-se num vazio. A lei é abrangente. Aplicada, poderia ser uma boa medida.

As famílias existem nas suas várias formas. As crianças que lhes são retiradas são em número elevado. Os meios e recursos existentes, que possam inverter esta retirada

são escassos ao abrigo de uma medida que, em vez de solução, fosse de prevenção no objectivo comum, que é o da protecção. O acolhimento, como medida de protecção, deve sê-lo, mesmo antes de retirar a criança à sua família original. Pois “a família tem origem na vida, no processo de geração e vida” onde “cada membro familiar é único e insubstituível no seio da sua própria família” (Sullerot, 1999: 260). A medida família de acolhimento quando bem aplicada, pode ser uma boa medida. Prevê o apoio junto da família natural e da de acolhimento, bem como e sempre o regresso à família de origem. Todavia não está a ser aplicada, o que a torna como que inexistente.

É da responsabilidade do Instituto da Segurança Social, denominada instituição de enquadramento, ao nível distrital, a promoção e a sensibilização da comunidade e das famílias para cooperarem na sua viabilização. Também, o recrutamento e selecção das famílias, as condições da prestação de serviço e o seu pagamento, assegurarem a formação. Compete ainda a esta entidade, disponibilizar o apoio técnico necessário ao desenvolvimento do plano de intervenção, celebrar contratos de seguros de acidentes pessoais e avaliar, anualmente, esta medida. Sabemos, hoje, que a responsabilidade está longe de ser exercida. Há uma grande distância entre o modelo em vigor e a prática da medida. Talvez por isso, a família de acolhimento seja uma medida com pouca evidência relativamente a outras como colocação em instituições ou a adopção.

O pressuposto desta medida de acolhimento assenta na previsibilidade do retorno da criança ou jovem à família natural. Assim, ao sinalizar-se uma família, como de risco, dever-se-ia oferecer apoio e acompanhamento imediato. Acompanhamento com técnicos, preservando a coerência e coesão da família. Isto seria uma medida preventiva que evitaria a retirada definitiva, da criança à sua família natural.

Estamos conscientes de que a aplicação da medida se reveste de complexidade. A pesquisa efectuada não nos permite fazer generalização, pois o nosso grupo de trabalho é em número reduzido, ficando muito aquém da nossa expectativa. Lamentamos que o organismo responsável apenas tivesse autorizado o nosso estudo com três famílias, tardiamente, apesar da nossa insistência.

O nosso estudo, apesar da sua reduzida dimensão, teve já algum efeito positivo. Uma das famílias foi visitada por dois dos técnicos da equipa do acolhimento familiar, da Segurança Social. Salientamos que esta visita nunca tinha ocorrido em 14 anos de acolhimento. E, certamente, suscitará iniciativas de intervenção individual e/ou grupal. Pensamos ser útil a colaboração dos vários profissionais, com a certeza de que a relação de

ajuda à família exige saberes e requer conhecimentos, habilidades e atitudes na construção dos homens e mulheres de amanhã. Esta relação, hoje e no passado, sempre se estabeleceu. O acolhimento familiar sempre existiu, mas com diferentes denominações. Criaram-se regras e definiram-se objectivos que, com a evolução dos tempos, sofreram alterações. A actual legislação tem uma nova concepção de acolhimento familiar, que atribui a confiança da criança ou do jovem a uma família ou pessoa singular, visando a integração em meio familiar, a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessários ao desenvolvimento integral da criança e jovem. Estes são os princípios básicos e orientadores das famílias de acolhimento. De facto, constatámos a veracidade do princípio. Mas, poder-se-á transformá-lo num garante efectivo da medida sem a existência de uma supervisão e acompanhamento?

Será que o desenvolvimento dos jovens está a ocorrer de forma harmoniosa? A questão coloca-se, porque, segundo os testemunhos que temos, não foram avaliadas, pelo psicólogo, as crianças nas várias etapas do seu desenvolvimento.

O nosso contributo, enquanto investigadora da Educação Social, foi colaborar com as famílias de acolhimento. Colaborar para que a medida de acolhimento familiar prevista na lei vigente, seja efectiva e integradora, social e culturalmente, passando, também, pela forma de gestão da vida diária destas famílias. Famílias que revelam coragem perante muitas incertezas e desconhecimentos no acolher de crianças que, mesmo sem laços de parentesco, se tornaram em membros da família com o prolongamento do período da estadia.

É preciso educar a sociedade actual, para educar a sociedade do futuro. Só assim produzirá mudança de atitudes e o desenvolvimento de novas perspectivas de intervenção social. Isto é, outras dinâmicas são necessárias. Dinâmicas que incluam todos. Sobre tudo os que, de alguma forma, estão à *margem* da sociedade. Esta mudança implica estabelecer outras e novas relações o que na cultura das famílias, adquire, na sociedade actual, contornos sociais civis, profissionais e inter-institucionais. Parece-nos necessário garantir uma melhoria nos serviços de acompanhamento. Para o efeito, as instituições devem ser dotadas de recursos. Recursos humanos e materiais, adequados e ajustados, para que as famílias de acolhimento desempenhem bem uma função parental que lhes é exigida.

É possível e exequível a continuidade da mudança se as famílias e o Instituto da Segurança Social, através dos seus profissionais, quiserem e tiverem consciência que



falamos de vidas, cujo acolhimento familiar ultrapassa a satisfação das necessidades básicas e atinge a dimensão do bem-estar físico, psíquico e social.

Esta investigação-acção sugere-nos outros trabalhos de campo. Trabalho que possa contribuir para a identificação de outros problemas que impedem o sucesso da medida.

A resposta às necessidades existentes, consciencializar dos direitos sociais do cidadão, é uma das funções da educação social.

## **4. FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **4.1. Legislação**

DECRETO-LEI n.º 288/79 de 13 de Agosto, *Diário da República*, I Série, n.º 186 – 13-8-1979.

DECRETO-LEI n.º 190/92 de 3 de Setembro, *Diário da República*, I Série-A, n.º 203, de 3-9-1992.

DECRETO-LEI n.º 11/2008 de 17 de Janeiro, *Diário da República*, 1 Série, n.º 12-17 de Janeiro de 2008.

LEI n.º 147/99 de 1 de Setembro, publicada no *Diário da República* – I Série-A, N.º 204, de 1-9-1999. *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo*.

LEI n.º 31/2003 de 22 de Agosto, publicada no *Diário da República* – I Série-A, N.º 193, de 22 de Agosto de 2003. *Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, O Decreto-lei n.º 185/93 de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídica da Adopção*.

### **4.2. Testemunhos orais**

Equipa técnica da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro

Equipa técnica do Instituto da Segurança Social

Famílias em estudo

### **4.3. Bibliografia sobre Famílias, Crianças e Jovens**

ARIÈS, Philippe (1978). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, Ed.

CALHEIROS, Maria Manuela de Amorim (2006). *A Construção Social do Mau Trato e Negligência Parental: Do Senso Comum ao Conhecimento Científico*. Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 972-31-1132-2.

DELGADO, Paulo (2003). “Identidade e mudança: princípios, funções e dilemas do Acolhimento Familiar”. *Revista Infância e Juventude*, Lisboa, n.º 4. Outubro-Dezembro.

- DELGADO, Paulo (2006). "Mas depois quero voltar". Families for Children: O -Acolhimento Familiar em Glasgow. *Revista Infância e Juventude*, n.º 3/07. Julho-Setembro. ISSN 0870-6565.
- DELGADO, Paulo (2007). *Acolhimento Familiar – Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições. ISBN: 978-972-8562-39-7.
- GALLARDO, José António (1994). *Maus tratos na Infância*. Coleção Crescer, n.º 13. Porto Editora.
- GÉHANNE, Jean-Claude (1995). "A Família". In *Dicionário Temático de Ciências Económicas e Sociais – Princípios e teorias*. ISBN: 972-7032-54-0.
- GIMENO, Adelina (2003). *A Família: O desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-771-596-6.
- INSTITUTO da Segurança Social, I.P. (2007). *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*. Policopiado.
- MADEIRA, Maria Joaquina Ruas (1996). "A Família e a Protecção Social". In *Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação*. Lisboa. ISBN: 972-95777-1-4.
- MATOS, Raquel e FIGUEIREDO, Bárbara (2001). "Maus-tratos e Negligência à Criança: Ressituação de uma Problemática". In *Infância e Juventude n.º 01.1*. Instituto de Reinserção Social. Lisboa.
- MARCHAND, Helena e PINTO, Helena Rebelo (1997). *Família – Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. ISBN: 972-8036-13-2.
- MARTINS, Paula Cristina (2005). "O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado" / Martins. *Infância e Juventude*, Lisboa, N.4 (Out. /Dez.2005).
- MICHEL, Andrée (1983). *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Editora Rés.
- PAIS, José Manuel Santos (2005). "Direito à Participação das Crianças – Um Conto à Procura dos seus Autores". *Revista Infância e Juventude n.º 05.1*, Instituto de Reinserção Social, Lisboa.
- PENHA, Maria Teresa (1996). "Crianças em Risco". In *Direcção-Geral da Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação*. Lisboa. ISBN: 972-97257-3-X.
- PINTO, Segismundo (1993) – *Abordagem ao papel e funções da família face à pessoa com deficiência e celebração do ano internacional da família*. II jornadas S. João de Deus de Humanização e Pastoral em Psiquiatria, 30 e 31 de Outubro. Lisboa.
- RELATÓRIO Anual. Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, (vários anos) (disponível em <http://www.cnpcjr.pt/>).
- RELVAS, Ana Paula e Madalena Alarcão (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.
- SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela (2003). *Sociologia da Família*. Editorial Estampa, Lda., 2ª ed. ISBN 972-33-1906-3.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel (1997). "As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo". In Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmento (coord.), *As Crianças – Contextos e Identidades*. Centro de Estudos da Criança – U.M. ISBN: 972-97323-1-0.
- SEBASTIÃO, João Manuel Grossinho (1995). "Modos de Vida Marginais: o caso das Crianças de Rua de Lisboa". In *Infância e Juventude n.º 95. 2*. Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores. Lisboa.
- SEGALIN, Martine (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa, Terramar. ISBN: 972-710-234-4.
- SOARES, Natália Fernandes (1997). "Crianças em Risco: Passado e Presente". In *Infância e Juventude n.º 97. 1*. Instituto de Reinserção Social. Lisboa.
- SOARES, Natália Fernandes (2005). *Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.

- SOUSA, Liliana; HESPANHA, Pedro; RODRIGUES, Sofia e GRILO, Patrícia (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Climepsi Editores, 1ª ed. ISBN: 978-972-796-267-9.
- STANHOPE, Márcia (1999). "Teorias e Desenvolvimento Familiar". In STANHOPE, Márcia e LANCASTER, Jeanette (coord.), *Enfermagem Comunitária: promoção da saúde de grupos, famílias e indivíduos*. Edições Técnicas e Científicas, Lda., 4ª ed. ISBN: 972-8383-05-3.
- STRECH, Pedro (2004). "Os Direitos das Crianças: 15 Anos Depois". In *Sessão Comemorativa do XV Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança nas Nações Unidas*, Lisboa.
- SULLEROT, Evelyne (1999). *A Família: da crise à necessidade*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-771-242-8.
- TRIBUNA, Fátima e RELVAS, Ana Paula (2007). "Famílias de Acolhimento e Vinculação na Adolescência". In A. Relvas, e M. Alarcão (coord.), *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.
- VARA, Júlia Rosa Alexandre – *Relação de ajuda à família da criança hospitalizada com doença de mau prognóstico num serviço de pediatria*. "Revista Portuguesa de Enfermagem". Lisboa. ISSN 0873-1586- Ano 1, n.º 1 (Junho-Setembro 1996), p. 5-52.
- WALL, Karin (2003). "Famílias no Censo 2001: estruturas domésticas em Portugal". In *Sociologia, Problemas e Práticas* – Revista quadrimestral. Número 43, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro de 2003. Celta Editora. ISSN: 0873-6529.

#### **4.4. Bibliografia Geral**

- BORRMANN, Norbert (2005). *Dicionário do Futuro*. Editorial Notícias, 1ª ed. ISBN: 972-46-1584-7.
- CAPUL, Maurice e LEMAY Michel (2005). *Da Educação à Intervenção Social*. 1º Volume. Porto Editora. ISBN: 972-0-34852-6.
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- CARTA Social (s. d) [em linha]. [consult. em 19 de Outubro de 2008], disponível em [www: <http://www.cartasocial.pt/>](http://www.cartasocial.pt/).
- GAMEIRO, Aires (1987). *Iniciação à dinâmica das sociedades e dos grupos*, 2.ª ed. Porto: Edição Salesianas.
- GIDDENS, Anthony (2006). *O Mundo na era da globalização*. Lisboa, Editorial Presença, 6ª ed. Depósito legal n.º 247724/06.
- GIDDENS, Anthony (2007). *Sociologia*, 5.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN.978-972-31-1075-3.
- GOMÉZ, José António Caride; FREITAS, Orlando Manuel Pereira de e CALLEJAS, Germán Vargas (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local – Perspectivas Pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais. Principia, 1ª ed. ISBN: 972-8500-22-X.
- LIMA, Augusto Mesquitela (1980). *Introdução à sociologia*. Porto: Editorial Presença.
- RESOLUÇÃO da Assembleia da Republica n.20/90, publicada no Diário da República – I Série, N.º 211 de 12-9-1990. *Convenção sobre os Direitos da Criança*.
- SEMPERE, Alfons Martinell (2004). "Elaboração de Projectos e Programas de Animação Sociocultural". In Jaume Trilla (coord.), *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Instituto Piaget.

- SERRANO, Gloria Pérez (1990). *Investigación-Acción. Aplicaciones al Campo social y educativo*, Madrid, Dykinson.
- SERRANO, Gloria Pérez (2004). "Metodologias de Investigação em Animação Sociocultural". In BERNET, Jaume Trilla (coord.), *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Instituto Piaget.
- SERRANO, Gloria Pérez (2008). *Elaboração de Projectos Sociais: Casos práticos*. Porto Editora. ISBN: 978-972-0-34857-9.
- SILVA, Maria João Branco Marques da (1994). *Esgueira. A vida de uma aldeia do século XV*, Cascais, Patrimonia.
- UNICEF (s/d). Página consultada em 11 de Fevereiro de 2009, <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>.
- [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa\\_p010.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa_p010.aspx). Página consultada em 9 de Janeiro de 2009.
- [http://www.dgidc.min-edu.pt/inovbasic/proj/inclusivas/vertente\\_inv\\_accao.htm](http://www.dgidc.min-edu.pt/inovbasic/proj/inclusivas/vertente_inv_accao.htm). Página consultada em 9 de Janeiro de 2009.
- <http://www.cartasocial.pt/acessibilidade.php?opc=3>. Página consultada em 10 de Janeiro 2009.
- [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_arquivo/2003/03-09-18\\_report\\_card\\_5.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_arquivo/2003/03-09-18_report_card_5.pdf). Página consultada em 11 de Fevereiro de 2009.
- [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3). Página consultada em 11 de Fevereiro de 2009.
- [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000972&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000972&contexto=bd&selTab=tab2). Página consultada em 11 de Fevereiro de 2009.
- [http://maps.google.pt/maps?f&hl=pt&geocode=&q=aveiro&utm\\_campaign=pt&utm\\_medium=ha&utm\\_source=pt-ha-emea-pt-sk-gm&utm\\_term=mapas%20aveiro](http://maps.google.pt/maps?f&hl=pt&geocode=&q=aveiro&utm_campaign=pt&utm_medium=ha&utm_source=pt-ha-emea-pt-sk-gm&utm_term=mapas%20aveiro).



Anexo I

---

Departamento de Desenvolvimento Social  
Dados do Relatório do Plano de Intervenção Imediata (PII)

----- Original Message -----

From: "ISS-DDS" <ISS-DDS@seg-social.pt>

To: <cecilia.vieira@netvisao.pt>

Cc: <gabinete.sear@mtss.gov.pt>; "ISS" <iss@seg-social.pt>

Sent: Wednesday, January 07, 2009 10:03 AM

Subject: PGov: Famílias de Acolhimento

Exma. Sra. Dra. Maria Cecília dos Santos Vieira

Em resposta ao pedido de informação enviado ao Gabinete do Sr. Ministro do

Trabalho e Solidariedade Social sobre famílias de acolhimento, vimos por este meio remeter os seguintes dados, cuja fonte é o relatório do Plano de

Intervenção Imediata (PII).

Trata-se de um relatório que caracteriza anualmente a situação de todas as

crianças e jovens que não vivem com as suas famílias, encontrando-se em situação de acolhimento (familiar e institucional) por medida da responsabilidade, quer das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, quer

dos Tribunais.

2006

Total de crianças e jovens em situação de acolhimento (familiar e institucional)\*-- 12.245

Total de crianças e jovens em famílias de

acolhimento----- 2.698

Fonte: PII 2006

2007

Total de crianças e jovens em situação de acolhimento (familiar e institucional)\*-- 11.362

Total de crianças e jovens em famílias de

acolhimento----- 1.829

Fonte: PII 2007

2006

Total de famílias de

acolhimento-----

---

---- 4.069

Fonte: Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, I.P.

2007

Total de famílias de

acolhimento-----

---

---- 3.471

Fonte: Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, I.P. (Janeiro de

2008)

Nota: \* Este indicador pretende dar resposta à solicitação do n.º de crianças "retiradas das suas famílias de origem", ainda que não tenha em conta a data em que foram retiradas e acolhidas em instituição ou família de

acolhimento; poderão ter estado acolhidas em 2006 e 2007 tendo sido retiradas em anos anteriores.



Esperando ter correspondido às necessidades, despedimo-nos com os melhores cumprimentos e disponíveis para quaisquer esclarecimentos.  
Com os melhores cumprimentos,  
DDS-UIJ

---

<<...OLE\_Obj...>>  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Rua Castilho, nº 5 - 3.º | 1250-066 Lisboa | Tel.: 21 318 49 00 | Fax: 21 318 49 51  
<http://www.seg-social.pt> <<http://www.seg-social.pt>>  
P Antes de imprimir este e-mail pense bem se tem mesmo que o fazer. Há cada vez menos árvores.

De: ISS  
Enviada: terça-feira, 16 de Dezembro de 2008 10:51  
Para: cecilia.vieira@netvisao.pt  
Cc: ISS-DDS  
Assunto: FW: PGov: Famílias de Acolhimento

Bom dia,

Acusamos a recepção da sua mensagem e informamos que a mesma foi encaminhada para o Serviço competente.  
Brevemente irá receber a resposta ao solicitado.  
Aproveitamos para informar V. Ex.<sup>a</sup> que pode aceder ao novo serviço Segurança Social Directa em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) <[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)> , a forma mais rápida dos Cidadãos e das Empresas se relacionarem com a Segurança Social.  
Com os melhores cumprimentos,

Unidade de Gestão de Atendimento  
Instituto da Segurança Social, I. P.

De: Gab Sec Est Adj e da Reabilitacao [<mailto:gabinete.sear@mtss.gov.pt> <<mailto:gabinete.sear@mtss.gov.pt>> ]  
Enviada: segunda-feira, 15 de Dezembro de 2008 17:56  
Para: iss@seg-social.pt  
Assunto: FW: PGov: Famílias de Acolhimento

Exmo. Senhor  
Dr. Edmundo Martinho  
Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P.  
Entrada n.º 18717/SEAR/2008  
Proc. 470-08/18  
Encarrega-me a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação de reencaminhar a V. Exa. o e-mail enviado pela Dra. Cecília Vieira, com pedido de informação directamente à exponente, com conhecimento a este Gabinete.  
Com os melhores cumprimentos,  
O Chefe do Gabinete  
- Rui Daniel Rosário

-----Mensagem original-----

De: cecilia.vieira@netvisao.pt [<mailto:cecilia.vieira@netvisao.pt>]  
<<mailto:cecilia.vieira@netvisao.pt>> ]

Enviada: terça-feira, 25 de Novembro de 2008 19:17

Para: Gab Min Trab Solidariedade Social

Assunto: PGov: Famílias de Acolhimento

Mensagem enviada através do Portal do Governo, por:

Maria Cecília dos Santos Vieira [[cecilia.vieira@netvisao.pt](mailto:cecilia.vieira@netvisao.pt)]

O meu nome é Cecília Vieira e sou aluna da Universidade de Aveiro, no mestrado de Ciências da Educação - Especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária. Pretendo desenvolver um trabalho, durante este ano

lectivo, sobre famílias de acolhimento. Necessito de saber: Nos últimos 2 anos, quantas famílias foram referenciadas e quantas crianças foram retiradas das suas famílias de origem; quantas foram colocadas em famílias

de acolhimento no mesmo período; quantas famílias de acolhimento existiam.

Todos os dados relacionados são muito importantes.

Desde já grata pela atenção que me possa dispensar. Cordiais cumprimentos  
Cecília Vieira

---

Portal do Governo

[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt) <[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)>

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e acredita-se estar livre de perigo.

Internal Virus Database is out of date.

Checked by AVG - <http://www.avg.com> <<http://www.avg.com>>

Version: 8.0.169 / Virus Database: 270.6.6/1631 - Release Date: 24-08-2008

12:15

No virus found in this incoming message.

Checked by AVG - [www.avg.com](http://www.avg.com)

Version: 9.0.709 / Virus Database: 270.14.87/2535 - Release Date:

11/29/09 19:31:00

Anexo 2

---

Questionário aos Técnicos do Acolhimento Familiar

<b>Técnicos</b>
-----------------

Área de Formação	Categoria
Anos de Serviço	Vínculo à Instituição
<b>Experiência Profissional</b>	
<b>1- Qual tem sido a sua actuação no âmbito do Acolhimento Familiar?</b>	
<b>2- O que sugere para a melhoria do serviço?</b>	

### Anexo 3

---

Dados Demográficos das  
Famílias de Acolhimento

## Dados Demográficos da Família de Acolhimento

	Mãe	Pai
Idade		
Habilitações literárias		
Habilitações profissionais		
Profissão		
Anos de casados		
Agregado familiar: _____ Pessoas Data nascimento dos filhos: 1. ____/____/_____ 2. ____/____/_____ 3. ____/____/_____ 		
Anos de acolhimento: 1. _____ 2. _____ 		
Habitação: Própria____Alugada____ Outro____ Vivenda/moradia____ Apartam/andar____ Outro____ Nº de quartos_____ 		

Anexo 4

---

Cronograma

CRONOGRAMA, PROJECTO DE MESTRADO

Anos/Meses	2008			2009				
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
• Pesquisa bibliográfica de temática familiar.								
• Consulta de Legislação vigente e Regulamentos das Famílias de Acolhimento								
• Integração em Família de Acolhimento / uma?.....								
• Observação sistematizada da dinâmica da (s) família (s).								
• Caracterização da Instituição / Segurança Social – Acolhimento Familiar e Família (s).								
• Entrevistas informais com funcionários e/ou informantes privilegiados (Segurança Social).								
• Elaboração do projecto de intervenção.								
• Reflexão e correcção.								
• Entrega do relatório.								



## Anexo 5

---

Guião de Entrevista à responsável do Acolhimento Familiar do  
Instituto da Segurança Social de Aveiro

GUIÃO DE ENTREVISTA À RESPONSÁVEL DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR DO  
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL DE AVEIRO

**Nos últimos 2/3 anos:**

1. Quantas famílias foram referenciadas e quantas crianças foram retiradas das suas famílias naturais?
2. Quantas crianças foram colocadas em famílias de acolhimento, no mesmo período?
3. Quantas crianças em famílias de acolhimento regressam à família natural?
4. Quantas famílias de acolhimento existiam, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º11/2008?
5. Quantas famílias se candidataram nesse período, e quantas foram aceites?
6. Quantas eram necessárias?
7. Quantas famílias vão qualificar?
8. De quantas famílias necessitam?
9. Quantas equipas técnicas existem no Distrito de Aveiro?
10. Qual o número de técnicos em cada equipa do acolhimento familiar?
11. Existem equipas em número suficiente versus o número de famílias a acompanhar?



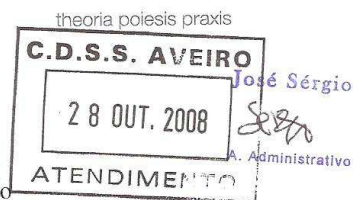
## GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS

1. O que os levou a candidatar – se a família de acolhimento?
2. Como soube da existência deste serviço?
3. Quanto tempo esperou até acolher uma criança?
4. Há quanto tempo são família de acolhimento?
5. Há quanto tempo acolhem crianças?
6. Quantas crianças acolhem?
7. O que é que alterou na vossa dinâmica familiar?
8. Que rotinas tinham e que rotinas têm?
9. É gratificante o vosso trabalho/estatuto? Especifiquem.
10. Conhece as leis e regulamentos que enquadram o acolhimento?
11. Recebem apoio e ou acompanhamento por parte da equipa técnica? Sim\_\_\_\_  
Não\_\_\_\_  
Se sim, qual? Económico\_\_\_\_ Pedagógico\_\_\_\_ Doméstico\_\_\_\_ Transportes\_\_\_\_  
Aquisição de material\_\_\_\_ Marcação de consultas de acompanhamento\_\_\_\_  
Vigilância de saúde\_\_\_\_
12. Sentem dificuldades? Quais?
13. Quer dar sugestões para a melhoria do serviço? / Aspectos positivos e aspectos negativos do acolhimento e do apoio que recebem das instituições.

Anexo 7

---

Pedido de Autorização à Realização do Estudo ao  
Centro Distrital de Aveiro



Exmo. Senhor Director do  
Centro Distrital de Aveiro  
R. Dr. Alberto Soares Machado  
3804-504 AVEIRO

Aveiro, 27 de Outubro de 2008

**Assunto:** Pedido de autorização para realização de estudo

Na qualidade de Coordenadora da área de especialização Educação Social e Intervenção Comunitária, do Mestrado em Ciências da Educação, na Universidade de Aveiro, venho solicitar a V. Exa. autorização para que a Mestranda Maria Cecília dos Santos Vieira, possa efectuar um estudo exploratório, que servirá de base ao seu projecto de investigação, sobre as Famílias de Acolhimento.

Na perspectiva de lhe ser concedida a autorização desejada, assume o compromisso de não revelar os resultados do estudo para além do âmbito da Universidade de Aveiro sem a necessária autorização e de igual modo se compromete a dar a conhecer resultados e conclusões ao Centro Distrital de Aveiro.

Dado que este trabalho deveria ser realizado durante os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, tomamos a liberdade de solicitar de V. Exa. uma resposta, num prazo tão breve quanto for possível.

Agradecendo desde já a atenção que possa dar a esta solicitação, apresentamos os nossos melhores cumprimentos. Atentamente.

Rosa Madeira

Professora Auxiliar Convitada

Anexo 8

---

Pedido de Autorização à Realização do Estudo à  
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro



Exma. Senhora Coordenadora  
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens  
3804-504 AVEIRO

Aveiro, 6 de Novembro de 2008

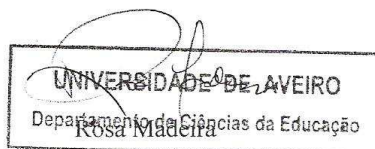
**Assunto:** Pedido de autorização para realização de estudo

Na qualidade de Coordenadora da área de especialização Educação Social e Intervenção Comunitária, do Mestrado em Ciências da Educação, na Universidade de Aveiro, venho solicitar a V. Exa. autorização para que a Mestranda Maria Cecília dos Santos Vieira, possa efectuar um estudo exploratório, que servirá de base ao seu projecto de investigação, sobre as Famílias de Acolhimento.

Na perspectiva de lhe ser concedida a autorização desejada, assume o compromisso de não revelar os resultados do estudo para além do âmbito da Universidade de Aveiro sem a necessária autorização e de igual modo se compromete a dar a conhecer resultados e conclusões ao Centro Distrital de Aveiro.

Dado que este trabalho deveria ser realizado durante os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, tomamos a liberdade de solicitar de V. Exa. uma resposta, num prazo tão breve quanto for possível.

Agradecendo desde já a atenção que possa dar a esta solicitação, apresentamos os nossos melhores cumprimentos. Atentamente.



Professora Auxiliar Convidada

*Para os devidos efeitos,  
declaro que me foi entregue  
no dia de hoje, a presente  
expediente. N. 18/11/2008*  
**COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS**





## PLANO DE INTERVENÇÃO

Diagnóstico	Intervenção	Objectivos específicos	Recursos
<b>Ausência de informação</b>	<b>Colectivo:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Preparação ao acolhimento;</li> <li>➤ Legislação</li> <li>➤ Objectivos</li> <li>➤ Espaço físico (hábitos de vida saudáveis, mobiliário, cor, luz, ...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Divulgar a medida acolhimento familiar às famílias de acolhimento;</li> <li>➤ Preparar a família de acolhimento para o desempenho da função parental;</li> <li>➤ Consciencializar os pais sobre a importância do meio familiar para o desenvolvimento da criança/jovem.</li> <li>➤ Partilhar experiências entre famílias, como forma de integração social.</li> </ul>	<b>Humanos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Famílias;</li> <li>➤ Equipa do Instituto da Segurança Social;</li> <li>➤ Equipa da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;</li> <li>➤ Investigador;</li> <li>➤ Convidados.</li> </ul> <b>Materiais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sala de reuniões no Instituto da Segurança Social, Junta de Freguesia, Centro de Saúde e Escolas;</li> <li>➤ Material audiovisual;</li> <li>➤ Transportes.</li> </ul> <b>Financeiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Subsídios recebidos do Instituto da Segurança Social.</li> </ul>
<b>Carência de acompanhamento técnico</b>	<b>Individual:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaborar calendário de visitas periódicas da equipa técnica</li> </ul>		
<b>Inexistência de formação</b>	<b>Colectivo:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Promoção de encontros mensais (ex<sup>o</sup>.1<sup>a</sup> sexta-feira de cada mês, chá convívio);</li> <li>➤ Encontro trimestral com especialistas a tratar temas da sua área: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A sexualidade na adolescência; alimentação; autonomia; integração na vida activa; hábitos de vida saudável;</li> </ul> </li> <li>➤ Mobilizar Junta de Freguesia, Centro de Saúde e Respektivas Escola.</li> </ul>		

Anexo 10

---

Questionário às Famílias de Acolhimento

# 1º Encontro de Famílias de Acolhimento

## 1. Gostou desta iniciativa?

- ☐ Sim  
☐ Não

## 2. Gostaria de repetir este encontro de famílias?

- ☐ Sim  
☐ Não

## 3. O que lhe proporcionou este encontro?

- ☐ Sair de casa  
☐ Conhecer outras famílias  
☐ Conviver com outras pessoas  
☐ Partilhar experiências entre famílias  
☐ Outro

## 4. Se 'Outro', qual:

## 5. O que gostou mais neste encontro?

## 6. Este encontro foi para si.

- ☐ Muito importante  
☐ Importante  
☐ Indiferente  
☐ Pouco importante  
☐ Nada importante

## 7. Dê uma sugestão para o próximo encontro

## 8. Data